

Pedro Mülbersted Pereira

**“Fortificações mutiladas em último estado de ruína”:
as fortificações catarinenses na primeira metade do
século XIX**

Florianópolis
2013

Pedro Mülbersted Pereira

**“Fortificações mutiladas em último estado de ruína”:
as fortificações catarinenses na primeira metade do
século XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção dos graus de Bacharel em História, no Curso de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Beatriz Gallotti Mamigonian.

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca
Universitária da UFSC.

PEREIRA, Pedro Mülbersted Pereira
“Fortificações mutiladas em último estado de ruína” : O
processo de arruinamento do sistema defensivo da Ilha de
Santa Catarina (1777 - 1850) / Pedro Mülbersted Pereira
PEREIRA ; orientadora, Beatriz Gallotti Mamigonian -
Florianópolis, SC, 2013.
136 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Fortalezas. 3. Santa Catarina. 4. Brasil
Império. I. Gallotti Mamigonian, Beatriz. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título



ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às oito horas e trinta minutos, no Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Beatriz Gallotti Mamigonian, Orientadora e Presidente, pelo Doutorando André Souza Martinello, Titular da Banca, e pela Professora Sandra Oenning da Silva, Suplente, designados pela Portaria nº55 /HST/13 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Pedro Mülbersted Pereira**, subordinado ao título: **“Fortificações mutiladas em último estado de ruína’: as fortificações catarinenses na primeira metade do século XIX”**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido da Professora Beatriz Gallotti Mamigonian a nota final 7,0, do Doutorando André Souza Martinello a nota final 7,5, e da Professora Sandra Oenning da Silva a nota final 7,5, sendo aprovado com a nota final 7,5. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, impresso de acordo com as normas da Biblioteca Universitária e em formato digital, ao Departamento de História, até o dia seis de dezembro de dois mil e treze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Florianópolis, 28 de novembro de 2013.

Banca Examinadora:

Prof.ª Beatriz Gallotti Mamigonian..... *Beatriz Gallotti Mamigonian*

Doutorando André Souza Martinello..... *André Souza Martinello*

Prof.ª Sandra Oenning da Silva..... *Sandra Oenning da Silva*

Candidato Pedro Mülbersted Pereira..... *Pedro Mülbersted Pereira*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, Mairnet Pereira e Catarina Verônica Mülbersted, por me apoiarem desde o início desta trajetória, e na ousadia de cursar o que gosta ao invés de “fazer o que dá dinheiro”.

Agradeço a todos aqueles que, academicamente, tornaram este trabalho possível: a professora Beatriz Gallotti Mamigonian, pela orientação; Roberto Tonerá, pela oportunidade de fazer parte do Projeto Fortalezas Multimídia; aos companheiros Jefte Brandão Januário, Mayra Hartmann da Cunha, Elisângela Marina Freitas, Jaime José S. Silva, pelo incentivo e pelas discussões que deram ânimo, coragem, e contribuíram para a construção deste trabalho.

Agradeço a todos os irmãos na fé, pela amizade e pelo apoio: pastores Jacson Junior Ollmann e Daltro Gilson Tomm, Alan Braga, Edimar Hildebrandt, Vitor van Basten Brelaz Gouveia Martins, Calvin Bersch Scherer, Marcel Silva, Adriane Schroeder Lins Leiroza. A Ana Carolina Schaffer, companheira, pela compreensão, pela solidariedade, pelo afeto, pelo apoio e incentivo.

Ao Único que é digno de receber a honra e a glória, a força e o poder; o Rei Eterno imortal, invisível, mas real; o Bom Pastor; o Alfa e o Ômega, o Princípio e o

Fim, o que É, Era, e o que Há de Vir; o Todo-Poderoso.
“Para ser sábio, é preciso primeiro temer a Deus, o SENHOR. Os tolos desprezam a sabedoria e não querem aprender.” (Provérbios 1:7, NTLH - SBB).

SUMÁRIO

RESUMO _____	8
LISTA DE FIGURAS _____	9
INTRODUÇÃO _____	10
CAPÍTULO I: "Fortificações mutiladas em último estado de ruína" _____	16
1.1 Eram as fortalezas inúteis para a defesa da ilha? _____	27
1.2 A conquista espanhola em 1777 _____	37
CAPÍTULO II: As fortificações catarinenses no início do século XIX _____	49
CAPÍTULO III: Novos usos e sentido das fortificações no século XIX _____	73
CONCLUSÃO _____	126
FONTES E BIBLIOGRAFIA _____	132

RESUMO

Este trabalho identifica e analisa o processo de arruinamento das fortificações catarinenses na primeira metade do século XIX, estabelecendo uma relação entre a conservação destas e o processo de consolidação da ordem e construção do Estado nacional após a Independência do Brasil. Nesta perspectiva, analisa o sentido deste sistema defensivo no período imperial e no período colonial, identificando a mudança no papel das fortificações no campo militar, político e socioeconômico conforme as transformações conjunturais entre o fim do século XVIII e início do século XIX. Para tanto, analisamos, como fontes históricas, os relatos dos viajantes estrangeiros entre 1803 e 1815, a correspondência entre a Junta do Governo Provisório de Santa Catarina e o Ministério da Guerra entre 1822 e 1823, e os ofícios dos engenheiros militares para a Presidência da Província entre 1835 e 1850.

Palavras chave: fortalezas, Santa Catarina, Brasil Império.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Detalhe do mapa de José Correia Rangel, de 1786, representando o chamado "triângulo defensivo" formado pelas fortalezas de Santa Cruz, Ponta Grossa e Ratores 32
- Figura 2 – Plano da Ilha de Santa Catarina elaborado em 1779, destacando alguns de seus pontos fortificados 41
- Figura 3 – Mapa espanhol de 1777/78 que identifica diversas fortificações construídas ao longo da Praia de Fora 98

INTRODUÇÃO

Em 1738, José da Silva Paes, engenheiro militar e também primeiro governador da capitania de Santa Catarina projetou as fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonos, São José da Ponta Grossa e Nossa Senhora da Conceição da Barra do Sul de Araçatuba. As fortalezas foram construídas entre 1739 e 1742, iniciando a formação do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina. Posteriormente, este sistema fora acrescido de outras fortificações: os fortes de Santana do Estreito (1761), São Francisco Xavier da Praia de Fora (1761), São Luiz da Praia de Fora (1771), Santa Bárbara da Praia da Vila (antes de 1774), Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (1775) e São João do Estreito (1793); a bateria de São Caetano da Ponta Grossa (1765), entre outras. Ao todo, este sistema chegou a contar com quase 30 fortificações de diferentes classificações: fortalezas, fortes, fortins, baterias, trincheiras; dentre estas 30, três são patrimônio mantido pela Universidade Federal de Santa Catarina: as fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa.

Em 1979, a Universidade, em iniciativa pioneira e singular no Brasil, adotou a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim e, em parceria com o IPHAN e entidades

privadas, deu início à sua restauração na década de 1980, sendo aberta à visitação pública em 1984. O mesmo processo de restauração ocorreu também nas fortalezas de Santo Antônio de Ratonos e São José da Ponta Grossa, na década de 1990. Apesar de serem tombadas como patrimônio histórico nacional desde 1938, as três estavam em péssimo estado de conservação, com seus edifícios arruinados e tomados pelo mato. O mesmo pode-se dizer de outras fortificações que ainda resistiram ao tempo: a fortaleza de Araçatuba (ainda hoje em ruínas), o Forte Santana (mantido pela Polícia Militar de Santa Catarina), o Forte Santa Bárbara (embora descaracterizado), o Forte São João (algumas ruínas remanescentes aos pés da Ponte Hercílio Luz, no seu lado continental); além destas, poderíamos citar outras estruturas menores que desapareceram ao longo dos séculos XIX e XX, como fortes, fortins, baterias e trincheiras. Ao total, das quase 30 fortificações, restam hoje apenas sete. Por que um sistema defensivo com um número tão expressivo de fortificações passa por tal processo de arruinamento, ao longo dos séculos XIX e XX?

Em 1822, a Junta do Governo Provisório de Santa Catarina afirma, em ofício para o Ministério da Guerra: “não há aqui senão fortificações mutiladas no último

estado de ruína.”¹ Isto se confirma pelo que os viajantes que por esta ilha aportaram relataram, entre fins do século XVIII e início do seguinte: as defesas da Ilha de Santa Catarina estavam em mau estado, tanto as fortificações como os armamentos e tropas que as guarneciam. A mesma análise é feita pelos engenheiros militares que vistoriaram estas mesmas construções durante a primeira metade do século XIX.

Por que as fortificações catarinenses chegaram a tal estado de arruinamento, na primeira metade do século XIX? O que explica, historicamente, este processo de arruinamento? Augusto Fausto de Souza, em seu clássico ensaio “Fortificações no Brasil”, publicado em 1885 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, afirma que o Governo Imperial brasileiro abandonou as fortificações herdadas dos portugueses, lembrando-se de reparar uma ou outra apenas em caso de iminente conflito, sem nada fazer para preservação destas construções.² A

¹ Ofício da Junta Governativa Provisória de Santa Catarina para Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho de 18 de outubro de 1822. Registro da Correspondência da Junta Governativa Provisória para o Ministério da Guerra, 1822, fl. n. 27-28. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em:
<<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2275.pdf>>. Acesso em fev. 2013.

² SOUSA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brasil.

historiografia catarinense procurou responder para este questionamento: Carlos Humberto Corrêa aponta que existe uma “tradição historiográfica de interpretação do sistema de triangulação de fogos” que alega que as fortalezas da barra norte da Ilha de Santa Catarina - isto é, Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa – não cruzavam fogos, efetivamente;³ esta concepção também é apresentada por Lucas Alexandre Boiteux, bem como traz a ideia de que as fortificações catarinenses foram mal projetadas e eram, portanto, inúteis para a defesa da ilha – análise que parte de Manoel Soares Coimbra, já no século XIX.⁴ Já o arquiteto Roberto Toner aponta para uma "somatória de causas interligadas" para explicar o abandono e arruinamento das fortificações: a já citada ideia da ineficácia do sistema defensivo; as novas tecnologias bélicas, que tornaram obsoletas as fortificações coloniais; a falta de recursos para manutenção e conservação destas construções; o uso destas como locais

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 5-140.

Disponível em:

<http://www.ihgb.org.br/trf_arq.php?r=rihgb1885t00482.pdf>. Acesso em: julho 2012.

³ CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **História de Florianópolis – Ilustrada**. Florianópolis: Insular, 2005.

⁴ BOITEUX, Lucas Alexandre. As fortificações de Santa Catarina: ligeiro histórico. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 3. 17 mar. 1957; 31 mar. 1957; 19 mai. 1957.

de isolamento de doenças ou como local de execução durante a Revolução Federalista; entre outros fatores.⁵

Neste trabalho, vamos identificar e analisar o processo de arruinamento das fortificações catarinenses na primeira metade do século XIX, utilizando como fonte primária documentos provenientes do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC) digitalizados disponíveis no Banco de Dados Mundial Sobre Fortificações⁶, como a correspondência entre a Junta do Governo Provisório de Santa Catarina e o Ministério da Guerra, nos anos de 1822 e 1823, os ofícios dos engenheiros militares para os presidentes da província, entre os anos de 1834 e 1850, e também os relatos dos viajantes entre 1803 e 1812. Esta documentação, praticamente inédita em sua utilização ou em sua abordagem, será examinada à luz da nova história brasileira, para identificar os usos que as fortalezas passam a ter a partir da Independência do Brasil, procurando

⁵ TONERA, Roberto. O Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina – Brasil: Criação, Abandono e Recuperação. SEMINARIO REGIONAL DE CIUDADES FORTIFICADAS, I, 2005, Montevideo. Atas Virtuais, p. 4. Disponível em: <<http://tinyurl.com/beaoldg>>. Acesso em: nov. 2012

⁶ BANCO de Dados Mundial Sobre Fortificações Disponível em: <www.fortalezas.org>. Acesso em: ago. 2012.

também apontar o sentido que estas detinham no período colonial e o sentido que desempenharam no período imperial, dentro do recorte temporal adotado nesta pesquisa.

No primeiro capítulo, vamos tratar sobre o estado de conservação das fortalezas no início do século XIX conforme ofícios da Junta do Governo Provisório de Santa Catarina e o relato dos viajantes estrangeiros que passaram por esta localidade, na primeira década daquele século. A partir destes elementos, vamos trabalhar como os diferentes autores trataram da questão do abandono, da construção e o sentido do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina no século XVIII. No segundo capítulo, vamos explorar quais usos das fortalezas catarinenses tinham no início do século XIX, mais precisamente no contexto da Independência do Brasil. Com isso, passamos a identificar qual o novo sentido que estas fortalezas desempenharam com relação ao processo de construção do Estado nacional brasileiro e a consolidação da ordem interna. No terceiro capítulo vamos analisar os relatórios dos engenheiros militares, sobre os usos, projetos, vistorias e reformas feitas nas fortalezas das décadas de 1830, 1840 e 1850, relacionando com o novo sentido mencionado.

CAPÍTULO I

"Fortificações mutiladas no último estado de ruínas"

Em 18 de outubro de 1822, no auge do processo de Independência do Brasil, a Junta do Governo Provisório da Província de Santa Catarina reporta, por ofício, a Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios da Guerra, o estado em que se encontravam as fortificações desta província e as dificuldades de aplicação de recursos nas obras necessárias à defesa. A Junta afirma que “não há aqui senão fortificações mutiladas no último estado de ruína, e tropas de segunda linha”, cujos soldados “não podem nem devem abandonar suas casas para ocupar as posições e postos que devem ser efetivamente guarnecidos”. Assim sendo, a Junta pede que “Sua Majestade Imperial honre por bem mandar por em depósito no mesmo tesouro seis contos de réis para serem empregados em fortificações, e despendidos pela pessoa que para isso se apresentar aqui autorizada”; solicita também que se envie “alguns Corpos de Tropas de Linha, com os precisos meios para ser mantido”, e “alguma força de mais ou ao menos embarcações que possam vigiar as costas vizinhas às barras, para dar aviso de qualquer força que se aproximar

ou intente desembarcar, para o que abunda a mesma costa de francos surgidouros, com excelentes abrigadas”.⁷

A Junta declara reporta ao Ministério da Guerra em ofício de 23 de outubro do mesmo ano que comprou as embarcações referidas no ofício supracitado; no entanto, não havia petrechos bélicos próprios para montar em tais barcas, haja vista que o que havia nas fortalezas da barra do norte era incompatível para o uso a que se destinariam por causa da sua dimensão e peso (de calibre 18 e 24). Havia, no armazém da província, “dois obuses de 5 polegadas e seis linhas inglesas, que poderão servir nestas barcas; porém faltam-lhe os projéteis próprios”. Por isso, solicitou que o Governo Imperial remetesse para esta província “ao menos seis peças de 24 com bala, e metralha competente, que possam montar-se nas mencionadas canhoneiras”, bem como os projéteis próprios para os obuses.⁸

7 Ofício da Junta Governativa Provisória de Santa Catarina para Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho de 18 de outubro de 1822. Registro da Correspondência da Junta Governativa Provisória para o Ministério da Guerra, 1822, fl. n. 27-28. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em:

<<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2275.pdf>>. Acesso em fev. 2013.

8 Ofício da Junta Governativa Provisória de Santa Catarina para Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho de 23 de outubro de 1822. Registro da Correspondência da Junta

A Junta recebeu os seis contos de réis solicitados ao Governo Imperial, tendo colocado a quantia à disposição do coronel Aureliano de Souza e Oliveira, nomeado Governador das Armas da província, para que fosse aplicada nas obras de reparo das fortalezas e outros preparativos de defesa. Desta quantia, oitocentos mil réis foram solicitados pelo dito coronel para ser despendida pela Intendência da Marinha e Armazéns Nacionais nos objetos precisos ao Parque Ligeiro, como máquinas, palamentas e petrechos de artilharia. No entender dos membros da Junta, o recurso estava sendo empregado para os fins a que se destinava, pois foi uma solução encontrada para suprir-se a “falta extrema de meios que se experimentava no Tesouro da Província para pagar tais despesas”.⁹

A falta de recursos tornava-se ainda mais grave com o aumento das despesas na província, com “os soldos

Governativa Provisória para o Ministério da Guerra, 1822, fl. n. 28-28 v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <www.fortalezas.org/midias/arquivos/2265.pdf>. Acesso em: fev. 2013.

⁹ Ofício da Junta Governativa Provisória de Santa Catarina para Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho de 16 de novembro de 1822. Registro da Correspondência da Junta Governativa Provisória para o Ministério da Guerra, 1822, fl. n. 31v-32v. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2089.pdf>>. Acesso em fev. 2013

e gratificações do Governador das Armas, e seus dois ajudantes de ordens oficiais superiores, com o chamamento de tropas de Segunda Linha para o serviço, com a compra de bestas (...); com a compra e prontificação de canhoneiras, que se principiaram a arranjar, e outros muitos objetos que de todo faltavam”, anteriormente mencionados em outras correspondências. Para cobrir estas despesas, a Junta contava apenas com as “minguadas rendas da província e a mesquinha consignação de dois contos de réis mensais que o Tesouro Público desta Corte faz ao da mesma província” para arcar com as despesas da província.¹⁰

A correspondência entre a Junta Governativa de Santa Catarina e o Ministério da Guerra nos dá uma noção do estado das defesas desta província no contexto da independência do Brasil: fortalezas em péssimo estado de conservação, a falta de embarcações de guerra, armamentos e outros apetrechos bélicos; o estado das tropas também ruim, e, também, falta de recursos para arcar com as despesas necessárias para a sua defesa e pagamento do pessoal.

Entretanto, a Junta Governativa não foi a primeira a falar sobre o estado de conservação das fortalezas.

¹⁰ Ibidem.

Durante os séculos XVIII e XIX, muitos viajantes estrangeiros passaram pela Ilha de Santa Catarina, no porto da Vila de Desterro; quase todos eles fazendo referência às fortalezas desta ilha, em seus relatos de viagem. Estes relatos também nos dão importantes informações sobre o estado das fortificações e das tropas que as guarneciam, seus comandantes, e outros aspectos significativos.

Um destes viajantes foi o capitão Adam Johann von Krusenstern, que, durante sua estada na Ilha de Santa Catarina, em 1803, registrou importantes considerações sobre as suas defesas. Considerou como “três fortalezas insignificantes” à Ponta Grossa, Rationes e Santa Cruz, dentre outras observações sobre as construções e guarnições:

A Fortaleza de Santa Cruz é a mais importante, e como o nosso observatório foi erigido aí, tivemos uma oportunidade de vistoriá-la. Os defeitos dessa obra, que Monneron enumera em algumas de suas cartas, são realmente existentes. Eu contei somente vinte canhões ali, que, em sua maioria, parecem estar em péssimas condições; a guarnição mal chega a cinquenta homens. Qualquer nação que se empenhasse em conseguir a posse desta colônia, poderia fazê-lo tão facilmente como os espanhóis fizeram em 1777, sem necessitar de maiores armamentos: entretanto a impossibilidade de

estabelecer uma colônia duradoura aqui, sem ter ao mesmo tempo a posse de alguma parte da costa continental próxima, impedirão a qualquer um de tentar uma conquista tão inútil. A Vila de Nossa Senhora do Desterro é ainda menos fortificada: um pequeno forte de oito canhões no ancoradouro, cujos suportes estavam quase todos danificados, constitui sua única defesa. A pequena bateria, em plataforma de artilharia, que também é mencionada por Monneron, como estando localizada à entrada do estreito, agora não mais existe. A guarnição consiste de cerca de 500 homens, que, mesmo levando-se em conta a quantidade de valiosos diamantes e os 20 milhões de cruzados que são anualmente enviados do Brasil para Lisboa, já há vários anos não recebem nenhum pagamento, uma prova marcante da imbecilidade do governo. Entretanto, a fim de impedir que a guarnição morra de fome, cada soldado recebe, para sua manutenção diária, vinte réis, ou seja, a trigésima sétima parte de uma piastra espanhola.¹¹

Krusenstern aponta em seu relato as vicissitudes da defesa da Ilha de Santa Catarina: fortificações cujo mau estado de conservação não impediria a conquista da ilha

¹¹ KRUSENSTERN. Adam Johann von. Estada na Ilha de Santa Catarina. *In.*: HARO, Martim Afonso Palma de (org). **Ilha de Santa Catarina**: relatos dos viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996. p. 139

por parte de uma força inimiga, pois além de estarem os canhões em péssimas condições, também a sua guarnição era pouca e mal paga; a falta de recursos por parte da Coroa portuguesa fecha o quadro que, conforme apontado pelo capitão, já havia sido relatado por M.M. de Monneron, engenheiro a bordo do navio de La Pérouse, francês que também passou pela Ilha de Santa Catarina com sua expedição em 1785.

Por que esta preocupação com as fortificações, em seu relato? A fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim também funcionava como Registro, o que fazia dela parada obrigatória para quaisquer navios que adentrassem a barra norte da Ilha de Santa Catarina. Ademais, sendo Krusenstern oficial da Marinha Imperial Russa, seu olhar para as fortificações é próprio do militar, o que o leva a observar detalhes que lhe são próprios do ofício - o que não significa que possuísse intenções beligerantes.

Semelhantemente, Urey Lisiansky, capitão do navio Neva, da mesma expedição de Krusenstern, notou que “o porto e a Vila de Nossa Senhora do Desterro estão fortificados em todo seu redor, [...] mas apenas algumas das baterias estão em ordem, com muitas delas com seus canhões deitados sobre pranchas ou no chão”.¹² Embora se

¹² LISIANSKY, Urey. *In.*: HARO, Martim Afonso Palma de (org), *op. Cit.*, p. 154.

concentre no seu relato nos costumes dos habitantes da vila de Desterro, a referência feita por Lisiansky às defesas da Ilha vão ao encontro das observações de por Krusenstern e deixa clara a debilidade da defesa da Ilha de Santa Catarina e sua vila.

Em 1808, o almirante Vassili Mikhailovitch Golovnin também dedicou alguma atenção às fortificações catarinenses em seus registros:

As construções dos fortins foram deixadas sem cuidado e estão em péssimo estado. Acrescentamos que não possuem um número suficiente de canhões. Mesmo os canhões que estão em algumas baterias não parecem bons para serem usados. Fora fundidos no século XVII ou talvez antes e foram completamente abandonados. Com o tempo a ferrugem os tornou imprestáveis. Além disso, também as carretas apodreceram.¹³

O relato de Golovnin também chama a atenção pela sua descrição do estado das tropas, sobretudo o fardamento dos soldados: "suas fardas ou suas roupas parecem de mendigos. Os soldados estão quase todos descalços: as espingardas das sentinelas estão cobertas de

¹³ GOLOVNIN, Vassili Mikhailovitch. *In.*: HARO, Martim Afonso Palma de (org), *op. Cit.*, p. 203

ferrugem". Julgava ele não passar de 50 homens a guarnição da fortaleza de Santa Cruz. Comparando tropa e fortaleza, o almirante considera que a guarnição "anda a par das fortificações": ambas em estado de conservação deplorável.¹⁴ Exceto pelo tom sarcástico que emprega para se referir aos portugueses, nos assuntos de ordem militar e administrativa, o relato de Golovnin dá uma dimensão do estado de coisas na Ilha de Santa Catarina em 1808, não diferindo muito do cenário descrito pelos demais viajantes russos citados anteriormente.

Também o capitão David Porter, em sua passagem pela Ilha em 1812, deixou em seu relato informações sobre o estado das fortalezas. Tendo deixado o seu navio ancorado na Fortaleza de Anhatomirim, o capitão estadunidense pode avaliar mais de perto o estado daquelas construções:

O forte tinha sido construído, há 70 anos aproximadamente, e estavam montados entre 13 e 20 canhões defeituosos, de vários calibres. A vegetação cresceu tão rápido que cobriu de plantas quase todos os muros da fortificação. As carretas dos canhões estavam em estado de decomposição, e a guarnição consistia em 20 soldados meio nus.¹⁵

¹⁴ Ibidem, p. 203.

¹⁵ Ibidem, p. 217

Embora se detenha a falar da Fortaleza de Santa Cruz, é possível ter uma ideia da situação das outras fortificações, a julgar pela principal. A descrição que faz dos apetrechos bélicos desta fortaleza dá a entender que esta não era usada para combates há tempos; o mesmo se pode dizer da guarnição, cuja descrição de Porter corrobora o que Golovnin já tinha dito quatro anos antes.

Os relatos destes quatro viajantes nos dão uma visão mais exata do que a Junta Governativa chamou de “fortificações mutiladas em último estado de ruína”, alguns anos mais tarde. Ambos confirmam que as fortalezas, seus armamentos e guarnições estavam em péssimo estado, a ponto de serem incapazes de defender a Ilha de Santa Catarina e a Vila de Desterro de um possível ataque inimigo. Com isso, podemos entender que o estado das fortificação relatado pela Junta não se deve apenas à falta de recursos no contexto da Independência, pois os relatos dos navegadores mostram que no fim do século XVIII e início do XIX já era assim.

Diante do quadro apresentado, somos levados a perguntar: por que as fortificações catarinenses estavam em tão precário estado de conservação? O que explica, historicamente, este abandono das fortificações, tropas, arsenal bélico, etc.? A falta de recursos nos cofres do

Tesouro provincial seria a única causa para explicar esta situação, ou seria este fator apenas um agravante da situação?

O arquiteto Roberto Tонера aponta que o arruinamento das fortificações catarinenses é resultado de um "somatório de causas interligadas", como o "descrédito na eficácia do sistema defensivo", o "surgimento de novas tecnologias bélicas que tornaram as fortificações coloniais obsoletas", a "contínua falta de recursos para sua restauração", dentre outros fatores que fogem ao recorte adotado neste trabalho.¹⁶ Vamos nos concentrar na questão da eficácia do sistema defensivo e os desdobramentos políticos da "invasão espanhola", ainda no século XVIII, e a "contínua falta de recursos para sua restauração", especialmente no que diz respeito ao período imperial, analisando os relatórios dos engenheiros militares na primeira metade do século XIX.

¹⁶ TONERA, Roberto. O Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina – Brasil: Criação, Abandono e Recuperação. SEMINARIO REGIONAL DE CIUDADES FORTIFICADAS, I, 2005, Montevideo. Atas Virtuais, p. 4. Disponível em: <<http://tinyurl.com/beoldg>>. Acesso em: nov. 2012

1.1 Eram as fortalezas inúteis para a defesa da ilha?

João de Bittencourt Pereira Machado e Sousa, membro da Junta do Governo Provisório de Santa Catarina em 1822, escrevendo para José Bonifácio naquele mesmo ano, contesta a eficácia do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina para defesa do porto e entrada da barra desta ilha. Nas suas colocações:

Igualmente é de nenhum efeito para a defesa do porto e entrada da barra, a fortaleza de Santo Antônio na ilha grande de Ratoles, porque distando mais de uma légua para o sudoeste da ilha de Anhatomirim, e légua e meia da Ponta Grossa, não cruzam os tiros de artilharia destes pontos e pode qualquer navio de guerra entrar e sair livremente e ancorar onde quiser, sem receber um só tiro daquelas fortalezas.¹⁷

Carlos Humberto Corrêa usa esta citação de João de Bittencourt Pereira para desconstruir a ideia de que as

¹⁷ Carta de João de Bittencourt Pereira Machado e Sousa a José Bonifácio, de 26 de novembro de 1822. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 19, documento 1. APUD CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **História de Florianópolis** – Ilustrada. Florianópolis: Insular, 2005, p. 75.

fortalezas “cruzavam fogos” entre si, isto é, os tiros disparados pelos canhões dispostos nas fortalezas de Ponta Grossa, Ratoles e Anhatomirim não seriam longos o suficiente para acertar um navio que passasse no meio da linha de fogo. Corrêa chamando a atenção para o projeto inicial de Silva Paes, no qual “estava previsto haver um batalhão flutuante e uma guarnição de navios de guerra situados num ponto do mar, entre as três fortalezas para realmente efetivar o impedimento da entrada de navios inimigos na baía”.¹⁸ Assim o autor conclui: "Desta maneira, com esta observação de João de Bittencourt Pereira Machado e Sousa, a tradição historiográfica de interpretação do sistema de triangulação de fogos, torna-se inadequada".¹⁹

Esta "tradição historiográfica" teria sua origem na "Memória política sobre a capitania de Santa Catarina", de Paulo José Miguel de Brito, escrito em 1816 e publicado em 1829, considerada a primeira obra sobre a história catarinense. Lucas Alexandre Boiteux cita Miguel do Brito e sua crítica ao cruzamento de fogos entre as fortalezas:

Estes três pontos (Santa Cruz, Pontagrossa e Ratoles) que o primeiro governador fortificou, eram sem

¹⁸ CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras, *op. Cit.*, p. 75.

¹⁹ *Ibidem*, p. 75.

dúvida os únicos que a extensa baía oferecia como mais apropriados para aquele fim: porém não satisfazem o intento de defender a barra do norte, pois que os fogos destas fortalezas não se cruzam em razão da grande distância na de uma a outras: porque de Santa Cruz a Ponta Grossa há pelo menos 2.500 braças portuguesas, de Santa Cruz a Ratores há 3.198, e de Ratores à Ponta Grossa há 3.803; mas este defeito local é tão patente como irremediável, sendo impossível que o brigadeiro-governador deixasse de o conhecer ao primeiro golpe de vista: o que parecendo hoje condenável, talvez naquele tempo fosse utilíssimo, ou pelo menos necessário.²⁰

A razão de o triângulo defensivo não funcionar, segundo José Miguel de Brito, é a grande distância entre as fortalezas, de modos que o alcance dos canhões era muito limitado para que pudessem, efetivamente, cruzar fogos. Esta questão é retomada por Boiteux em seu artigo em seu artigo “As fortificações de Santa Catarina” publicado em três partes no *Jornal do Comércio*, de Santa Catarina. Neste artigo, Boiteux traz uma relação de escritores e memorialistas que também criticam o sistema defensivo projetado por Silva Paes: faz menção a Monneron, já

²⁰ BOITEUX, Lucas Alexandre. As fortificações de Santa Catarina: ligeiro histórico. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 3. 17 mar. 1957; 31 mar. 1957; 19 mai. 1957.

citado no neste trabalho, e a crítica que o oficial francês faz às principais fortalezas da Ilha; embora não tenha tido acesso aos originais de Monneron, traz a opinião do coronel Manoel Soares Coimbra a respeito do primeiro, registrado em um Discurso feito em 1789 no Rio de Janeiro, do qual vale a pena, para nosso propósito, destacar o seguinte trecho:

A fortaleza de Ratonos construída no mesmo ano, sobre uma linha fronteira a barra, de nada serve, pois que fica distante da de Santa Cruz para o sul quase uma légua, e da Ponta Grossa, légua e meia; pelo que bem se vê que entre destes pontos não pode haver cruzamento de tiros. Esta a razão porque Moneron, tratando dos fortes, que ‘apesar de estarem a vista uns dos outros, parece terem sido construídos um para ser batido e ganho ao primeiro ataque, e os outros para serem expectadores’. A posição de uma esquadra na distância média entre as três referidas fortalezas fica isenta de todos os fogos, e desse lugar podem os inimigos fazer os seus ataques como lhes parecer, e fazer-se senhores deste forte de Ratonos (o que lhes não será difícil) achando ali quartéis, poderão formar armazéns e hospitais e conservarem-se o tempo que quiserem sem receber dano. A vista do que digo acima sobre estes três pontos ou lugares fortificados que são os que Moneron reconhece para fortes bem se vê que a entrada deste

porto é fraca, e os seus desembarques da mesma sorte o são: o que tudo ocorre para a difícil defesa da mesma ilha; e só se podia obstar os defeitos da sua barra com uma obra considerável, porém útil, como de um molhe feito pela direção da Ponta Grossa à ponta do monte da Armação-grande, ou aonde mais cômodo fosse, o qual poderia fortificar a ponto de fazer a barra impenetrável...²¹

A análise de Manoel Soares Coimbra citada por Lucas Boiteux sustenta uma crítica que tem sido reproduzida pela historiografia e pelo senso comum de que as fortalezas eram inúteis para a defesa porque teriam sido mal projetadas. Embora esta ideia tenha sido usada para justificar o seu abandono nos anos seguintes à retomada da Ilha de Santa Catarina pelos portugueses após a sua conquista pelos espanhóis, em 1778, precisamos problematizá-la.

²¹ BOITEUX, Lucas Alexandre, *op. Cit.*, fl. 2.



Figura 1: Detalhe do mapa de José Correia Rangel, de 1786, representando o chamado "triângulo defensivo" formado pelas fortalezas de Santa Cruz, Ponta Grossa e Ratones.²²

Para Roberto Toner, a ideia de que as fortalezas teriam sido mal projetadas, que não cruzavam fogos, que o

²² TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mário Mendonça de (org). **As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786, de José Correia Rangel.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2011, p. 92 - 93.

“triângulo defensivo” não funcionava na prática, etc., está equivocada pelos seguintes motivos:

O grande equívoco dos que afirmam que as fortalezas eram ineficazes está em analisá-las de forma simplista, considerando-se unicamente o alcance limitado de seus canhões, o que não permitiria o efetivo cruzamento de fogos entre si e, supõem-se, possibilitaria a passagem incólume de qualquer embarcação inimiga pelo centro do canal da Baía Norte. No entanto, desconsideram que o verdadeiro “sistema” defensivo pressupunha uma ação combinada e concomitante entre fortificações, tropas e, principalmente, embarcações (devendo levar-se em conta ainda a quantidade e qualidade dos armamentos que dispunham cada um dos elementos desta tríade). O sucesso da empresa defensiva dependeria da somatória adequada destas três forças, aliada à indispensável ocupação do território. Fica evidente que seria praticamente impossível fortificar uma ilha, como a de Santa Catarina, com dezenas de praias acessíveis a um desembarque inimigo, sem uma ação conjunta (essa sim ineficaz) de forças em terra e embarcações em alto mar e nas baías.²³

²³ TONERA, Roberto. O Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina – Brasil: Criação, Abandono e Recuperação. SEMINARIO REGIONAL DE CIUDADES FORTIFICADAS, I, 2005, Montevideo. Atas Virtuais, p. 2. Disponível em: <<http://tinyurl.com/beoldg>>. Acesso

Tonera também menciona as peculiaridades das fortalezas catarinenses, com relação do projeto arquitetônico de Silva Paes, que “se revelam no inteligente ajuste às variadas condições topográficas locais, criando uma rica diversidade de soluções tipológicas entre si e em relação às demais fortificações brasileiras”.²⁴

(...) As fortificações catarinenses se diferenciam pelo fato de suas construções e praças de armas não estarem enclausuradas, contidas entre altas muralhas, adaptando-se de forma harmoniosa à topografia dos locais onde estão implantadas. Os edifícios sempre dispõem de uma vista privilegiada da paisagem circundante, sendo, portanto, também bastante visíveis do mar. Esta solução, utilizando muralhas baixas, o suficiente apenas para conter os terraplenos, e não para esconder as construções, seria um dos aspectos mais criticados do sistema defensivo projetado por Silva Paes, considerado por seus críticos muito “mais arquiteto que engenheiro militar”. Mas, na realidade, tratava-se de um aperfeiçoamento na maneira de projetar fortificações, onde altas e inexpugnáveis muralhas (herança dos castelos medievais) não eram mais necessárias, em função da evolução

em: nov. 2012.

²⁴ Ibidem.

da artilharia de longo alcance.²⁵

Tonera analisa o papel das fortificações pelo viés da arquitetura militar setecentista, levando em consideração aspectos contextuais dos engenheiros, arquitetos e projetistas portugueses da época. A sua análise oferece uma nova interpretação do sistema defensivo de Santa Catarina, pois, ao contrário do que usualmente se afirma, ele apresenta que as fortalezas catarinenses foram projetadas adaptadas às condições topográficas locais e de acordo com a evolução do tipo de artilharia que utilizavam.

Cabe lembrar aqui que a engenharia militar portuguesa tem uma história peculiar. Esta só começa a tomar forma como uma metodologia nacional a partir da obra do engenheiro-mor do Reino, Luís Serrão Pimentel, *Método Lusitano de Desenhas as Fortificações*, publicada em Lisboa em 1680, representando um grande avanço no sentido da especificidade da função da engenharia militar;²⁶ graças à influência deste engenheiro, foram criadas as Aulas Militares em 1647, curso que dava

²⁵ Ibidem, p. 3.

²⁶ MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos Cerqueira; CASTRO, Adler Homero de. **Arquitetura militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003, p. 98

formação sistemática de engenharia a seus alunos; porém este ramo só começou a ter destaque como instituição profissional militar de forma autônoma no século XVIII.²⁷ Destaca-se como marco deste processo a obra de Manuel Azevedo Fortes, *O engenheiro português*, de 1729. Na segunda metade do século XVIII a engenharia militar ganha impulso com o Marquês de Pombal, que, por conta dos ideais iluministas que defendia, fez dos “engenheiros militares os principais agentes da política de defesa territorial no século XVIII”.²⁸ O Real Corpo de Engenheiros português só foi criado em 1787, pela rainha D. Maria I, mais de 50 anos depois de Azevedo Fortes tê-lo preconizado em sua obra. As referências para tais engenheiros eram, em sua maioria, italianos e franceses, dentre os quais destacamos Sébastien Le Prestre de Vauban, arquiteto militar francês cujas obras de fortificação, de estilo característico, influenciaram toda uma geração de arquitetos e engenheiros militares – entre estes, José da Silva Paes.²⁹ É importante ter isto em mente

²⁷ TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mário Mendonça de (org). **As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786, de José Correia Rangel**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011, p. 17-19.

²⁸ MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos Cerqueira; CASTRO, Adler Homero de, *op. cit*, p. 98

²⁹ PIAZZA, Walter Fernando. **O brigadeiro José da Silva Paes**: estruturador do Brasil meridional. Florianópolis:

para compreender o projeto do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina como produto do seu tempo, limitado às condições de sua época e voltado para os objetivos pontuais que levaram à sua construção, conforme trabalhado anteriormente.

1.2 A conquista espanhola em 1777

Em 1777, tropas espanholas comandadas por d. Pedro Antonio Cortez y Calderon Cevallos conquistaram a Ilha de Santa Catarina, sem resistência. Este episódio também tem sido apontado como uma das causas para o abandono das fortalezas catarinenses, junto com a questão da eficácia destas. Roberto Toner aponta para outros motivos para a vulnerabilidade da defesa de Santa Catarina frente aos espanhóis, em 1777: a falta de uma “ação combinada e concomitante entre fortificações, tropas e embarcações”.³⁰ Se atentarmos para as condições das tropas lusas, em comparação com as forças castelhanas, identificamos que além da falta de uma ação conjunta, era

Editora da UFSC, 1988, p. 80

³⁰ TONERA, Roberto. O Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina – Brasil: Criação, Abandono e Recuperação. SEMINARIO REGIONAL DE CIUDADES FORTIFICADAS, I, 2005, Montevideo. Atas Virtuais, p. 3. Disponível em: <<http://tinyurl.com/beaoldg>>. Acesso em: nov. 2012.

grande a desproporção das forças em conflito. Alguns números nos permitem vislumbrar mais claramente a situação: segundo João Carlos Mosimann, “as forças de mar, comandadas por Robert McDouall, fundeadas nas proximidades da enseada das Garoupas quando da chegada de Cevallos, estavam constituídas de quatro naus e meia dúzia de fragatas”, ao passo que as tropas espanholas contavam com 101 navios.³¹ As guarnições da Ilha de Santa Catarina totalizavam 2.253 homens, dentre os oficiais, suboficiais, soldados, destacados, doentes, presos e desertores distribuídos no Regimento da Ilha, Regimento do Porto e Regimento de Pernambuco.³² Os quadros do exército espanhol na expedição eram compostos por um total de 9.174 homens em armas, sendo estes generais, coronéis ou tenentes-coronéis, capitães, tenentes ou subtenentes e praças do Real Corpo de Artilharia, Corpo de Dragões, Brigada de Infantaria de Guadalajara, Brigada de Infantaria de Córbona, Brigada de Infantaria de Zamora, Brigada de Infantaria de Saboya, e o Comando e Estado

³¹ MOSIMANN, João Carlos. **Ilha de Santa Catarina, 1777-1778**: a invasão espanhola. Florianópolis: Ed. do Autor, 2003. p. 43

³² ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN ARGENTINA – *Portugal y España – Límites. Conflictos en el Río de la Plata – 1776/1777* – Legajo IX. 21.5.1. apud MOSIMANN, João Carlos. *op. Cit.*, Apêndice Documental, Documento II, p. 132

Maior.³³

Ademais, os espanhóis também possuíam a vantagem estratégica de que Cevallos sabia das vulnerabilidades da ilha. Em sua passagem pela dita ilha, em 1756, em caráter emergencial e pacificamente, Cevallos teve a oportunidade de tomar conhecimento dos seus pontos estratégicos – como, por exemplo, a praia de Canasvieiras, na qual desembarcaria comandando as tropas espanholas 21 anos depois.³⁴ Nas palavras de Mosimann: “No ataque de 1777 exploraria justamente as fraquezas da ilha, desembarcando em praia aberta e fora do alcance da artilharia dos fortes, acampando em locais protegidos e adequados, assaltando as fortificações mais vulneráveis, seguindo-se a conquista da fortaleza principal.”³⁵ Tonera ainda nos chama a atenção que, apesar da vantagem numérica, Cevallos preferiu não arriscar e escolheu o melhor ponto para desembarque das tropas:

Apesar do conhecimento prévio das fragilidades das defesas portuguesas, da ausência de uma esquadra

³³ MOSIMANN, João Carlos. *op. Cit.*, p. 135

³⁴ MIRANDA, Antonio Luiz. Os espanhóis na Ilha de Santa Catarina em 1777. *In.*: BRANCHER, Ana Lize; AREND, Sílvia Maria Fávero. **História de Santa Catarina**: séculos XVI a XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004 *op. Cit.*, p. 100.

³⁵ MOSIMANN, João Carlos. *op. Cit.*, p. 101

oponente e da imensa superioridade de seu próprio poderio bélico, não arriscou passar com suas embarcações pelo canal da Baía Norte, preferindo o desembarque seguro mais ao norte, longe da linha de tiro das fortalezas.³⁶

A escolha estratégica de Cevallos nos leva a questionar o argumento de que o triângulo defensivo não funcionava na prática. Também fica esclarecido que o êxito dos espanhóis em conquistar a Ilha de Santa Catarina não se deve à ineficiência das fortalezas, mas à falta de ação conjunta entre fortalezas, embarcações de guerra e tropas, acrescida da superioridade das forças espanholas. Para além da questão da eficácia das fortificações, é preciso atentar para as consequências políticas da conquista da Ilha de Santa Catarina e sua posterior devolução.

³⁶ TONERA, Roberto, *op. Cit.*, p. 3

Com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1778), a Ilha de Santa Catarina foi devolvida aos portugueses, assim como foram revalidados os limites acordados no Tratado de Madri (1750), consolidando a posse espanhola sobre a Colônia do Sacramento. Com este tratado, também ficou acordada a desmilitarização da Ilha, isto é, “a condição de não utilização da ilha catarinense como base militar em novos conflitos armados” o que, conforme Tonera afirma, levou à “gradativa redução de sua importância estratégico-militar”.³⁸

A tomada da Ilha de Santa Catarina, segundo João Carlos Mosimann, “forçou imediata proposta de paz por parte da diplomacia portuguesa, embora os espanhóis tenham externado posteriormente o desinteresse em mantê-la sob seu domínio, mesmo admitindo seu valor real como porto estratégico”. Este desinteresse deve-se a fatores de ordem político-militar e econômico, pois certamente haveria uma contra investida portuguesa, talvez contando com apoio britânico, o que exigiria elevado custo para

acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (originalmente Arquivo Histórico Colonial), 1779. - Data: 1779.

Disponível em:

<http://fortalezas.org/midias/jpg_originais/00002_003265.jpg>. Acesso em: nov. 2013.

³⁸ TONERA, Roberto. *op. Cit.*, p. 4

ocupação e manutenção da posse da dita ilha.³⁹ Do ponto de vista hispânico, cedê-la era mais vantajoso:

Para a Espanha era muito mais conveniente e econômico entregá-la, com a condição de poder usar o porto da ilha como escala, e ficando proibido seu acesso aos ingleses. No sul, Portugal conservava o Rio Grande de São Pedro, mas cedia a Colônia do Sacramento e as Missões guaranis. Pela restituição de Santa Catarina, Portugal abria mão, também, de duas ilhas africanas e renunciava a seus direitos das ilhas Filipinas. O controle da navegação no Rio da Prata e no Rio Uruguai, seu afluente, retornava às mãos exclusivas dos espanhóis, assegurando a posse e a exploração daquele vasto território quase inexplorado. E importante: extinguiu-se o comércio ilegal com o Brasil que vinha contribuindo para a explosão da economia informal do Rio da Prata, favorecendo a independência daqueles súditos. À Espanha interessava a exclusividade no comércio com a Colônia.⁴⁰

A análise de Mosimann nos deixa entender o que estava em jogo, de fato, nas disputas entre Portugal e Espanha: o controle da navegação e comércio na região do rio da Prata e rio Uruguai. Com a assinatura do Tratado de

³⁹ MOSIMANN, João Carlos. *op. Cit.*, p. 91

⁴⁰ MOSIMANN, João Carlos. *op.Cit.*, p. 94

Santo Ildefonso, resolve-se a disputa pela via diplomática – muito embora influenciada pela via militar, cuja insistência significaria uma saída por demais dispendiosa para ambos os lados. Além disso, ele chama nossa atenção para a importância da manutenção da posse de Santa Catarina pelos portugueses, nestas negociações.

Muito embora sua importância estratégico-militar tenha sido reduzida, não significa que sua defesa tenha se tornado nula. A ilha continuava sendo um ponto de parada para abastecimento de víveres e reparo de navios – o que atestam os relatos dos viajantes. Por esta razão, embora pelo Tratado de Santo Ildefonso ficasse acordado não utilizar a Ilha de Santa Catarina como base para operações militares, ainda era preciso defendê-la de possíveis ameaças estrangeiras. Isso fica atestado com a construção de outras fortificações, após 1778: o Forte São João do Estreito (1793), no lado continental do estreito, o Forte do Pontal do Ratonos (1819, provavelmente), entre outros. A construção destes novos fortes está ligada a defesa do porto da Vila de Desterro, pois juntamente com o Forte de Santana do Estreito, São Luís e São Francisco Xavier da Praia de Fora, tinham como função impedir um desembarque nas praias próximas à vila, considerada extremamente vulnerável.

Em fins do século XVIII, o sistema defensivo de

Santa Catarina formava um complexo conjunto de fortificações de variados tipos – fortalezas, fortes, fortins, baterias, trincheiras, armazéns e quartéis. No seu auge, chegou a contar com mais de duas dúzias de fortificações, o que coloca o sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina no patamar de outros centros importantes da América portuguesa, como o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco. Embora as fortificações continuassem operantes, vemos que o seu estado de conservação já era precário no início do século seguinte. Ao longo do século XIX o processo de arruinamento das fortificações se intensificou, de modo que muitas foram gradativamente abandonadas ou mesmo demolidas - como o Forte da Lagoa, Forte São Luís, Forte São Francisco Xavier, Forte do Pontal do Ratonés, além de outros fortins e baterias construídos naquele período. O que explica este processo?

Augusto Fausto de Sousa, militar brasileiro e historiador, em seu clássico ensaio *Fortificações no Brasil*, aponta que a falta de empenho do Governo Imperial durante o XIX deixou que as fortalezas dispersas ao longo do território brasileiro chegassem ao estado de ruínas em que se encontravam no final daquele século. Comparando o governo brasileiro e a metrópole portuguesa no que diz respeito ao assunto, assim disse este autor:

(...) Merece louvores a nossa admiração a solicitude, com que durante o período colonial se cuidou dos meios de defesa das vastíssimas costas e fronteiras brasileiras, sem recuar diante das dificuldades suscitadas pelos ataques dos adversários ou pelas enormes distâncias, em terrenos ínvios e infestados por tribos ferozes. Aleguem embora para diminuir o mérito da metrópole, que, assim obrando, ela só visava a guarda do seu tesouro, e que isso era ditado pelo próprio interesse. Admitimos, mas interesse igual, senão maior, devia nos animar também nesse particular, de defender a integridade do nosso território, entretanto, longe de imitar a providência de que nos deram exemplos, por muito tempo abandonamos completamente as fortalezas que nos legaram, deixando-as cair em ruínas; só nos lembramos de reparar uma ou outra, depois que dolorosas ofensas ou perigo iminente nos veio mostrar a necessidade de obras dessa natureza; ensinando-nos que a economia, virtude tão aconselhada geralmente, não ocupa o lugar predominante no que se refere à segurança e dignidade de uma nação, que preza o seu nome e quer fazer respeitar os seus direitos.⁴¹

⁴¹ SOUSA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 48, p.2, 1885. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/trf_arq.php?r=rihgb1885t00482.pdf>. Acesso em: jul. 2012

A análise de Augusto Fausto de Sousa nos remete a um processo de arruinamento das fortificações, quando fala que "por muito tempo abandonamos completamente as fortalezas que nos legaram, deixando-as cair em ruínas". O autor argumenta que o Estado brasileiro abandonou completamente as fortalezas legadas pelos portugueses, lembrando-se da importância de obras desta natureza apenas em situação de perigo iminente, a despeito da preocupação ainda maior que deveria ter com a integridade do território. Nisso, o autor parte para o campo político para falar sobre o processo de arruinamento das fortificações, estabelecendo uma relação entre o período colonial e o período imperial da história do Brasil.

Fausto de Sousa generaliza a sua conclusão a respeito do arruinamento das fortificações, tanto na dimensão espacial quanto temporal. O autor, militar, escreve em 1885, com as fontes que lhe eram acessíveis naquele momento e na linguagem do positivismo predominante nos intelectuais ligados ao IHGB à época. Porém as suas conclusões devem-se mais ao estado em que estas unidades estavam no período em que escreve do que ao processo de arruinamento, sem problematizar ou historicizá-lo.

A análise de Fausto de Sousa, se devidamente problematizada, nos traz algumas questões para pensar no

estado de ruína das fortificações catarinenses no século XIX. É certo dizer que o Governo Imperial abandonou completamente "as fortalezas que nos legaram"? É possível afirmarmos que a política de conservação, reparação e utilização das fortalezas por parte do Império resume-se ao descaso? Quais eram as funções das fortificações neste contexto, a partir da Independência do Brasil, e no que diferem da sua finalidade no período colonial? Vamos abordar estas questões no próximo capítulo.

CAPÍTULO II: As fortificações catarinenses no início do século XIX

As fortificações catarinenses chegam ao século XIX já em mau estado de conservação. Os relatos de Adam Johann von Krusensterne Urey Lisiansky, em 1803, Vassili Mikhailovitch Golovnin, em 1808, e David Porter, em 1812, apontam para o estado precário dos edifícios, apetrechos bélicos e guarnição das principais fortificações do sistema defensivo, as fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, Ratonos, Ponta Grossa. A Junta do Governo Provisório de Santa Catarina também expõe, em correspondência para o Ministério da Guerra, as vicissitudes da defesa da ilha por contar apenas com "fortificações mutiladas em último estado de ruína"; embora tenha sido enviada a soma de seis contos de réis solicitada ao Governo Imperial, a quantia se mostrou insuficiente para cobrir todas as despesas militares, pela "falta extrema de meios que se experimentava no Tesouro da Província". O quadro formado pelos relatos dos viajantes e os ofícios da Junta nos mostra fortalezas em péssimo estado de conservação, a falta de embarcações de guerra, armamentos e outros apetrechos bélicos, o estado das tropas também ruim, e, por fim, a falta de recursos para arcar com as despesas necessárias para a sua defesa e

pagamento do pessoal.

O que levou a tal decadência deste sistema defensivo? Por que um sistema tão expressivo, com cerca de 15 fortificações construídas entre 1739 e 1803, chegar a situação tão crítica? No capítulo anterior desconstruímos o argumento de que as fortificações catarinenses foram abandonadas pois seriam inúteis para defesa da Ilha de Santa Catarina; a própria correspondência entre a Junta Governativa Provisória e o Ministério da Guerra, em 1822, indica que estas fortalezas não eram consideradas inúteis, no contexto da Independência. Entretanto, tais considerações já se fazem presentes algumas décadas depois, como já analisamos anteriormente. É preciso problematizar o processo de arruinamento das fortificações catarinenses, levando em consideração o sentido que o sistema defensivo tinha no século XVIII.

O sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina tem a sua formação a partir da construção das suas quatro principais fortificações - as fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonés, São José da Ponta Grossa e Nossa Senhora da Conceição da Barra do Sul de Araçatuba, entre 1739 e 1742. Posteriormente, o sistema foi acrescido de outros fortes, fortins e baterias, ao longo de todo o século XVIII e seguinte, totalizando mais de duas dezenas de fortificações, como já tratamos

anteriormente. Mas, por que a Ilha de Santa Catarina? O que levou a construção de tantos fortes nesta região?

A Ilha de Santa Catarina era um local estratégico, pois a grande quantidade de praias, enseadas e baías faziam desta ilha um porto natural para navios que navegavam pelo Atlântico sul, aonde podiam abastecer-se de água e outros suprimentos, bem como reparar as embarcações. Porém, nem sempre a defesa da ilha foi considerada relevante; o sargento-mor Manoel Gonçalves de Aguiar chegou a considerar, em 1735, que fortificá-la seria um “esforço inútil”, pois “ainda que se fizessem [...] quatro fortalezas era impossível o impedir-se a entrada de navios, e defender aquele porto, ou fosse em terra firme, ou na ilha, principalmente na barra do Norte, que é a melhor e a mais segura”.⁴² Justamente por causa de suas condições geográficas (locais de fácil desembarque), sua defesa era difícil, e, até mesmo, inviável.

O que impulsionou a fortificação da Ilha de Santa Catarina foi o acirramento das disputas entre as Coroas

⁴² Notícias práticas da costa e povoações do mar do sul. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 35, 1929, p. 354. APUD SALOMON, Marlon. O exílio da desordem e a segurança da Ilha de Santa Catarina no século XVIII. In.: BRANCHER, Ana Lize; AREND, Sílvia Maria Fávero. **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. p. 89

portuguesa e espanhola pelo domínio das terras da América meridional. Depois da invasão da Colônia do Sacramento⁴³ pelo governador de Buenos Aires, em 1735, a defesa da Ilha de Santa Catarina passou a ser seriamente considerada. Nas palavras de Roberto Tонера:

No calor destas disputas, a Ilha de Santa Catarina, último porto seguro entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires - ancoradouro abrigado onde as embarcações podiam se reabastecer de água, víveres, lenha, e receber reparos - passou a representar um ponto estratégico para Portugal. A Coroa necessitava garantir a posse da Ilha pela sua efetiva ocupação, fortificação e utilização como base de apoio à navegação e às operações militares de longa distância.⁴⁴

Nas palavras de Marlon Salomon, “apenas no final da década de 1730 é que se vai perceber a importância da Ilha de Santa Catarina para a conservação e preservação de

⁴³ Possessão portuguesa construída nas margens do Rio da Prata, defronte a Buenos Aires, dentro de terras espanholas, em 1680.

⁴⁴ TONERA, Roberto. A preservação das Fortalezas de Santa Catarina e as novas tecnologias de informação. In: SEMINARIO REGIONAL DE CIUDADES FORTIFICADAS, 3, 2007, Montevideo, Anais, p. 2. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/1816.pdf>>. Acesso em: fev. 2013

todo o domínio marítimo”, em função da “emergência do espaço como um problema do poder, possibilitando que se veja na presença constante de embarcações estrangeiras, nas costas do Brasil meridional, uma ameaça para a segurança e conservação destes domínios”.⁴⁵ A construção do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina foi uma medida para assegurar o domínio português na região; o que estava em jogo não era apenas a Ilha, mas também o Rio Grande de São Pedro e a Colônia do Sacramento, territórios próximos em disputa. Sendo a ilha a base de ocupação dos demais territórios, não poderia estar muito distante destes.

A construção do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina está relacionada com estas disputas no sul da América em torno da Colônia do Sacramento, como parte da geopolítica militar da época. Isto se destaca se atentarmos para o autor deste projeto de defesa: o engenheiro militar brigadeiro José da Silva Paes. Walter Piazza o chama de "o estruturador do Brasil meridional", dada a sua influência no sul do Brasil em termos político-militares. Antes de projetar as fortificações de Santa

⁴⁵ SALOMON, Marlon. O exílio da desordem e a segurança da Ilha de Santa Catarina no século XVIII. In.: BRANCHER, Ana Lize; AREND, Sílvia Maria Fávero. **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2004, p. 90.

Catarina e tomar posse como primeiro governador desta capitania, recém-desmembrada do Rio de Janeiro, Silva Paes já havia se notabilizado pelos trabalhos que realizou como engenheiro militar no Rio de Janeiro, em Santos, e no Rio Grande.⁴⁶ A escolha de Silva Paes não é despropositada, pois, sendo ele conhecedor dos territórios do sul, e também estando a par do projeto político-militar da colônia portuguesa, era peça chave na militarização e colonização de Santa Catarina.

Em visão mais ampla, Kirsten Schultz aponta que no contexto do século XVIII estava em discussão, em Portugal, a ideia de “renovação do poder global da Coroa portuguesa”, cuja base para “forjar uma nova política imperial”, na segunda metade do século XVIII, era o desenvolvimento da América.⁴⁷ Embora a autora esteja preocupada em buscar antecedentes históricos para a transferência da Corte portuguesa, ela aponta que estas ideias tiveram influência nas reformas pombalinas, posteriormente. O Brasil foi o principal foco das reformas do Marquês de Pombal, que promoveu uma série de

⁴⁶ PIAZZA, Walter Fernando. **O brigadeiro José da Silva Paes**: estruturador do Brasil meridional. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988, p. 71-122

⁴⁷ SCHULTZ, Kirsten. **Versalhes tropical**: império, monarquia e a Corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 47-49.

medidas para garantir, na prática, a soberania estabelecida pelo Tratado de Madri (1750): além de promover a diversificação da economia, a colonização, criação de companhias de comércio e a fundação de novas cidades, Pombal também “patrocinou uma série de projetos que visavam à fortificação da negligenciada costa brasileira”.⁴⁸

Esta análise nos remete às considerações de Beatriz Siqueira, que, tendo em vista esta dimensão política, aponta que “(...) nos tempos de Pombal, as cidades e fortificações projetadas e construídas foram elementos voltados ao controle do território, além de instrumentos agregadores da população dispersa, ou, até, centros dinamizadores da economia da região”.⁴⁹ Neste sentido, podemos fazer uma relação com o sistema defensivo de Santa Catarina com o acréscimo de fortificações na segunda metade do século XVIII: o Forte São Francisco Xavier (1761), Forte Santana (1763), Bateria de São Caetano da Ponta Grossa (1765), Forte de

⁴⁸ SCHULTZ, Kirsten, *op. Cit.*, p. 49

⁴⁹ BUENO, Beatriz Siqueira. “Desenho e designio – o Brasil dos engenheiros militares”. *In*: “A construção do Brasil urbano”, *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000. APUD CAMILO, Janaína. Homens e pedras no desenho das fronteiras amazônicas (1764/1782). CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES, 2005, Lisboa, 20 p. Atas. Disponível em: <<http://tinyurl.com/5vb664x>>. Acesso em: out. 2011.

Santa Bárbara (1774), e outros. Não se pode atribuir este sentido quanto à construção do sistema defensivo, já que as quatro primeiras fortalezas começaram a ser projetadas ainda em 1739.

Com isso, conectando a análise de Roberto Toner, Beatriz Siqueira, e Kirsten Schultz, podemos dizer que o sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina está atrelado à dinâmica imperial portuguesa do século XVIII, seja pelas questões geomilitares na disputa pelo controle do sul da América, seja pelo projeto político a que passa a estar vinculado a partir do período pombalino. Outras regiões além de Santa Catarina receberam fortificação nesta época; no sul, temos o caso, por exemplo, da Fortaleza Jesus, Maria e José (1751), o Forte do Ladino (1776) – ambas no atual estado do Rio Grande do Sul. Também foram construídas uma gama de fortes, fortins e baterias no Rio de Janeiro, tais como o Forte de São Clemente, Forte do Morro de Santa Teresa, Forte de São Luís, na atual Niterói. Beatriz Siqueira traz o caso da Fortaleza de São José do Macapá, localizada na atual cidade de Macapá e antiga Província dos Tucujus, na margem esquerda do Rio Amazonas, como parte do vasto projeto de defesa da Amazônia desenvolvido pelo marquês de Pombal. O caso das fortalezas no norte e na Amazônia é exemplar para a relação entre militarização e política de

povoamento e dinamização dos territórios, pois acompanha as regiões aonde a Coroa portuguesa precisa legitimar a sua possessão, seja por questões de fronteira, seja para assegurar a rota das riquezas exploradas da colônia - sobretudo ouro.

Esta dinâmica na qual o sistema defensivo de Santa Catarina estava inserido começa a entrar em crise entre final do século XVIII e início do século XIX. Neste contexto, durante a primeira fase do processo que historiadores como Eric Hobsbawm chamam de *era das revoluções*,⁵⁰ o absolutismo monárquico na Europa e a dominação colonial na América foram contestadas; conforme Anthony McFarlane, “enquanto as colônias convertiam-se em Estados independentes na América, os reinos transformavam-se em modernos Estados-nações por toda a Europa ocidental”.⁵¹ McFarlane aponta que enquanto uma elite colonial contestava a ordem colonial vigente na América hispânica, movimentos liberais explodiam pela Europa e também contestavam a ordem monárquica absoluta estabelecida nas metrópoles

⁵⁰ HOBBSAWM, Eric Jacob. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

⁵¹ MCFARLANE, Anthony. Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações. In.: MALERBA, Jurandir. A Independência brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 388

européias; são exemplares, neste contexto, a Revolução Americana (1776-1786) e a Revolução Francesa (1789-1799), que, cada uma em seu tempo, foram movimentos fundamentais para solapar as bases do Antigo Regime tanto na Europa como nas Américas. O Brasil, porém, é a exceção, e juntamente com Portugal, resistiu à primeira onda de levantes revolucionários e mantiveram de pé o império português – o que não significa que não tenha sido afetado.

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, foi, nos termos de Kirsten Schultz, uma “alternativa conservadora” frente às transformações no mundo atlântico entre fins do século XVIII e início do século XIX.⁵² A influência das ideias iluministas, bem como a influência da Revolução Americana, da Revolução Francesa e Revolução Haitiana abalaram as relações de poder existentes dos dois lados do Atlântico: na Europa, puseram em xeque as monarquias absolutas; na América, contestaram a relação de dominação entre metrópole e colônias. A confluência de ambos – assim como o auge desta crise, no caso português – foi a invasão francesa pelas tropas de Napoleão, fato decisivo para a transferência

⁵² SCHULTZ, Kirsten. A era das revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821). In.: MALERBA, Jurandir. *op. cit.*, p. 125

da Corte para a América.

Maria Odila Leite da Silva Dias pontua em 1808 o ponto chave deste processo transitório, que levou à reconfiguração do poder político e das relações econômicas entre colônia e metrópole, e, posteriormente, à independência do Brasil:

(...) O fato em si da separação do reino em 1822 não teria tanta importância na evolução da colônia para império. Já era fato consumado desde 1808 com a vinda da corte e a abertura dos portos e por motivos alheios à vontade da colônia ou da metrópole. [...] O fato é que a consumação formal da separação política foi provocada pelas dissidências internas de Portugal, expressas no programa dos revolucionários liberais do Porto e não afetaria o processo brasileiro já desencadeado com a vinda da Corte em 1808.⁵³

Para esta autora, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil significou uma ruptura interna nos setores políticos do velho reino, com a reorganização do império português nos trópicos. Eis aí o seu conceito de *interiorização da metrópole*, na qual a construção do novo

⁵³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In.:MOTA, Carlos Guilherme. 1822: *dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 165

império nasce a partir do enraizamento de interesses entre a elite portuguesa que desembarca no Brasil em 1808 e a elite brasileira, consolidadas, sobretudo, a partir de relações matrimoniais. O Rio de Janeiro como sede do império português – como se consolidaria em 1815 – representando uma alternativa política da monarquia no novo mundo e reconstrução do império português também é apontado por Kirsten Schultz, ao apresentar os impactos sociais da transferência da Corte real para a América. Para Schultz, a prática da vassalagem fora outro fator social importante para reafirmação da autoridade real.⁵⁴ Surgem, a partir daí, novas relações políticas:

Até 1808, o Brasil havia sido governado de uma maneira que refletia claramente o seu status secundário entre os domínios da Coroa portuguesa. Antes de 1815, afinal, o Brasil não era um “reino”, como era o caso das Índias espanholas, mas antes era visto como uma “conquista” e uma “colônia”. [...] “A real presença do mesmo príncipe” implicava não só um novo *status* no seio do império, mas também uma verdadeira governança real pela primeira vez na história do Brasil.⁵⁵

⁵⁴ SCHULTZ, Kirsten, *op. Cit.*, p. 223.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 225

Estas novas relações, forjadas a partir de novas relações de vassalagens – expressas, por exemplo, na “economia da graça” (concessão de mercês), o que, vale ressaltar, não era novidade no século XIX, mas se apresenta com uma nova configuração – são fundamentais na reconstrução do império português nos trópicos e reafirmação do poder e autoridade real em um contexto em que, em ambos os lados do atlântico, o poder real estava sendo contestado. Era uma maneira de garantir a sobrevivência do império não apenas como entidade política, mas através redes hierárquicas que foram sua base de sustentação desde sua constituição.⁵⁶

Com relação ao campo político, Schultz analisa que a independência do Brasil não fora uma simples “continuidade” do processo de 1808, mas uma “interação de agendas contra-revolucionárias” em momentos distintos da História, dentro de contextos diferentes para Portugal e para o Brasil. Nas suas palavras:

⁵⁶ Conforme FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVEA, Maria de Fatima. (org.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.; FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fatima. *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

(...) mais do que uma simples defesa contra a ameaça revolucionária, a transferência da corte pareceu constituir uma transformação revolucionária do próprio império português. Em resposta, contemporâneos começaram a considerar uma política imperial e monárquica que não só negaria a mudança e defenderia o *status quo ante*, pré-revolucionário, mas, ao contrário, levando em conta as demandas da conjuntura revolucionária então vivida, forneceria à monarquia e ao império as bases para sua "regeneração". Na década de 1820, essa regeneração foi então ao mesmo tempo desafiada e redefinida por uma emergente política constitucionalista transatlântica. Tais transformações na percepção da política e nas bases da legitimidade política sugerem que não houve continuidade, mas antes uma interação de agendas contra-revolucionárias dinâmicas e inovadoras, as quais definiram a transição do Brasil de colônia de Portugal para império independente.⁵⁷

A política constitucionalista transatlântica à qual a autora se refere tem relação com os movimentos liberais do início do século XIX, como na França, Espanha, e, no

⁵⁷ SCHULTZ, Kirsten, A era das revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821). In.: MALERBA, Jurandir (org). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 125-126.

caso português, a Revolução Liberal do Porto, de 1820, que levou à primeira experiência constitucional portuguesa. As experiências ibéricas, nas palavras de Márcia Regina Berbel, são importantes para compreender a “formação dos Estados emergentes da crise dos impérios português e espanhol”, que estavam lidando com “o dilema de construir a unidade de um vasto império, permeado por demandas autonomistas, sobre as bases de um Estado que projetavam como nacional”.⁵⁸ Nas cortes portuguesas de 1821 e 1822, houve divergência entre os deputados brasileiros e portugueses no que diz respeito à diversidade dos projetos para a unidade do império, reflexo do choque entre duas visões de Império distintas: uma, pretendia o retorno do Império aos moldes do que era antes de 1808, ou seja, o restabelecimento do pacto colonial; e a outra alternativa, a integração "pela via da unidade nacional aquele complexo que o sistema colonial havia soldado anteriormente e construir um Estado nacional na dimensão do império", através da "unificação das leis, mercados e padrões político-administrativos".⁵⁹ Estes embates expressam as contradições internas das Cortes à medida que se vinculam, mais profundamente, às transformações

⁵⁸ BERBEL, Márcia Regina. Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/22). In.: MALERBA, Jurandir (org), *op. Cit.*, p. 182.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 184

de natureza econômica no Império Português e, mais precisamente, no Brasil, após 1808. Neste sentido, Emília Viotti da Costa aponta que a perspectiva de restauração do pacto colonial significava, para as elites locais brasileiras, abrir mão dos privilégios políticos e econômicos, bem como, posição social, conquistadas no período entre 1808 e 1822.

Embora seja um marco na historiografia brasileira, a análise de Emília Viotti foca nos processos no campo da economia, sem atentar para os embates internos da colônia – como, por exemplo, o esforço do Rio de Janeiro de se impor sobre as demais regiões do Brasil. No entanto, permite-nos perceber, em seus meandros, que a dinâmica imperial portuguesa do século XVIII, estava encerrada; tanto as mudanças em 1808 quanto os embates nas cortes, entre 1821 e 1822, deixam claro que aquela organização do poder político e econômico do Império Português não mais poderia ser restaurada.

Tal mudança é fundamental para compreendermos a situação das fortalezas catarinenses no início do século XIX, pois o sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina perde o sentido que tinha no período colonial à medida que a dinâmica imperial portuguesa do século XVIII dá lugar às novas configurações imperiais lusas no século XIX; trata-se dos processos de ordem conjuntural que se

sucedem, desde 1778, passando pela crise do sistema colonial português e a transferência da Coroa para o Brasil em 1808, até a Independência do Brasil em 1822.

Como a independência brasileira acarretou em novos usos e significados para as fortificações catarinenses? Vemos que há uma transição entre o sentido que o sistema defensivo tinha no período colonial e o sentido que passa a ter após a independência, vinculado ao processo de construção do Estado Nacional e consolidação da ordem. Que relação podemos estabelecer entre estes processos, o sentido do sistema defensivo e o estado de conservação das fortificações?

Com relação ao campo militar, ainda havia a preocupação com a defesa da entrada da barra norte e da barra sul, e proximidades da Cidade de Desterro, por parte do governo da província. Isto fica expresso na correspondência entre a Junta do Governo Provisório de Santa Catarina e o Ministério da Guerra, onde vemos um esforço da Junta em precaver-se de um possível ataque inimigo - no caso, aqui uma possível tentativa de reconquista por parte de Portugal. Esta não é uma apreensão única da província de Santa Catarina: neste contexto, entre os anos de 1822 e 1824, é uma preocupação sentida pelo nascente Estado brasileiro, sobretudo pelo fato de estar enfrentando as guerras de

independência na Bahia e no Pará. Como demonstram Hendrik Kraay e Luiz Geraldo da Silva, a consolidação da independência demandou recursos e esforços armados no norte por parte do Império do Brasil, cujos esforços no sul podem ser relacionados, se não em termos de recursos, ao menos por razões contextuais, em questão de consolidação da independência.⁶⁰

Por esta razão, podemos afirmar que, no contexto da Independência do Brasil, as fortificações catarinenses são consideradas relevantes para defesa da cidade de Desterro; embora o estado de conservação destas não as permita garantir efetiva defesa das entradas da barra norte e sul da ilha, houve todo um esforço por parte da Junta do Governo em restaurar estas unidades e prepará-las para combate. O papel das fortalezas como unidades militares é preservado, neste contexto. Entretanto, o mesmo não se pode dizer com relação ao papel político que desempenhavam enquanto atreladas à dinâmica imperial portuguesa, no século XVIII. A consolidação da ordem e a garantia de unidade do Império do Brasil passa a se dar não apenas pela via militar, isto é, a imposição do domínio brasileiro sobre as províncias sob fogo de canhoneiras e

⁶⁰ MALERBA, Jurandir (org): **A Independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 303 - 384.

pelo fio da espada, mas, sobretudo, através de ligações entre as elites locais e a elite central, a Corte sediada no Rio de Janeiro.

Para José Murilo de Carvalho, a formação do Estado brasileiro deve-se à atuação de uma elite política, isto é, a burocracia imperial, o corpo formado por conselheiros de Estado, ministros, senadores deputados, presidentes de província, etc. Havia certa homogeneidade ideológica neste grupo, no objetivo comum de fortalecimento do Estado Imperial através da sua centralização. Carvalho defende que a unidade territorial do Brasil foi uma opção política dentro das várias disponíveis, contrariando a lógica do determinismo econômico; para este autor, é maior a importância da atuação da elite política do que das elites econômicas locais. Não havia unidade ideológica entre as elites locais para a formação de um Estado capaz de garantir a unidade territorial, sendo esta possível graças à influência dos bacharéis formados na Universidade de Coimbra, que, compondo o corpo burocrático do Império, trouxeram para dentro do mesmo a tradição burocrática portuguesa. A presença de uma elite política homogênea ainda teria o efeito de reduzir os conflitos internos apenas aos grupos dominantes, sustentando um arranjo político capaz de garantir a manutenção da ordem. Este arranjo garante a

centralização do Império através da submissão das províncias ao Rio de Janeiro, isto é, submissão das elites locais a corte.⁶¹

Maria de Fátima Gouvêa propõe uma nova interpretação deste processo ao mudar o peso dos termos desta equação, isto é, a reinterpretação da relação províncias-centro. Esta historiadora apresenta uma nova dimensão deste processo ao revelar a dinâmica política na articulação dos interesses dos vários diferentes grupos constituintes daquele período. Concentrando-se no caso do Rio de Janeiro, esta historiadora analisou o papel desempenhado pela assembleia legislativa provincial e pelos políticos fluminenses na dinâmica imperial do Brasil no século XIX. A esta dinâmica chama de *império das províncias*, explicitando

(...) o papel central das províncias na formação da monarquia constitucional brasileira, na medida em que instituições como as assembleias provinciais serviram como espaço essencial para a consideração e a acomodação da extraordinária diversidade de interesses que pululavam nos espaços provinciais.⁶²

⁶¹ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

⁶² GOUVÊA, Maria de Fátima. **O império das províncias:**

Estas novas formas de política representam uma descontinuidade com relação ao período colonial, à medida que se verifica a constituição de espaços de representação dos interesses regionais ou provinciais, em detrimento das Câmaras Municipais. As assembleias provinciais constituem-se como espaços importantes de participação e exercício da cidadania, sendo esta participação e a representação política “mecanismos agregadores dos vários grupos de interesse ao projeto monárquico constitucional brasileiro ao longo do século XIX”.⁶³ Em outras palavras, são espaços de negociação entre o poder local e o poder central, personificadas nas figuras dos deputados (poder local) e o presidente da província (nomeado pelo Imperador).

Miriam Dolhnikoff também ressalta o papel do Poder Legislativo na conciliação dos interesses regionais e nacionais, sendo o Parlamento "espaço decisivo de negociação e confronto entre setores distintos da elite brasileira", fazendo referência a Luiz Felipe de Alencastro.⁶⁴ Assinalando a tensão entre governo central e

Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 10.

⁶³ Ibidem, p. 11.

⁶⁴ DOLHNIKOFF, Miriam. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista.

os governos provinciais no que diz respeito aos conflitos de interesses com as elites regionais, Dolhnikoff remonta esta questão à formação destas elites no período colonial:

A construção do Estado nacional na América lusitana teve como um de seus principais eixos a disputa entre o projeto de unidade sob a direção do Rio de Janeiro, acalentado pelos grupos articulados ao aparato político lá instalado em 1808, e a resistência de elites provinciais ciosas de sua autonomia. Séculos de colonização haviam engendrado unidades político-administrativas que mantinham fracos vínculos entre si e demandavam autonomia para gerir seus interesses, sem a interferência de governos a elas externos, fosse o de Lisboa, fosse o do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, os desafios postos à manutenção da ordem escravista, a transferência da Corte para a colônia e os acontecimentos a ela subsequentes introduziam no panorama político a alternativa de unidade da América portuguesa em um único Estado.⁶⁵

A partir das leituras de Maria de Fátima Gouvêa e Miriam Dolhnikoff fica clara a relação entre as províncias

Almanack Braziliense, São Paulo, n. 1, p.81, maio 2005.

Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11606/13375>

>. Acesso em: mar. 2013.

⁶⁵ Ibidem, p. 81.

e o Império, centralizado no Rio de Janeiro, não tanto como submissão, mas como autoridade negociada entre as elites locais e a corte e elite política; este processo foi sendo construído em instituições como as Assembleias Provinciais, nas articulações entre os deputados provinciais e o corpo burocrático, o que, pela sua dinâmica, representa uma ruptura com o *modus operandi* colonial. Em outras palavras, é a dinâmica imperial brasileira – o *império das províncias* – substituindo a dinâmica imperial portuguesa – *dinâmica do império ultramarino português* – paulatinamente, ao longo da primeira metade do século XIX.

Como estas transformações afetaram as fortificações catarinenses? À medida que a conjuntura do século XVIII, que lhes dava um significado próprio, dá lugar ao processo de Independência do Brasil, e, posteriormente, de construção do Estado nacional e consolidação da ordem, estas fortificações passam a desempenhar um papel diferente daquele que tinham enquanto vinculadas à dinâmica imperial portuguesa. Neste sentido, passam a ter novos usos conforme as demandas daquele contexto. Até mesmo do ponto de vista militar a utilização destas fortificações passa a ser outro: no período colonial as fortificações estavam vinculadas às disputas entre Portugal e Espanha no sul da América; a

partir do século XIX, as fortificações catarinenses não são mais voltadas para grandes conflitos regionais, exceto em alguns casos (a questão Christie, em 1863, e durante a Guerra do Paraguai), mas para o controle interno e defesa do porto da cidade de Desterro. No próximo capítulo, passamos a analisar quais usos as fortificações passam a ter na primeira metade do século XIX.

CAPÍTULO III: Novos usos e sentido das fortificações no século XIX

Em 5 de julho de 1834, chegou ao porto de Desterro a corveta francesa Ariane, e fez uma salva de 21 tiros à Fortaleza de Santa Cruz, que funcionava como registro - isto é, a fortaleza era responsável pela fiscalização das embarcações que entravam e saíam do porto da cidade. Porém, quando a Fortaleza foi responder a salva, "tudo foi confusão, porque faltando cartuchos, precisou introduzir-se a pólvora à cocharra⁶⁶, e não havendo tacos, foram estes supridos com rolos de capim e erva miúda, tirados no momento da própria bateria"; por

⁶⁶ Cocharra é uma peça da palamenta, espécie de colher grande, comprida e cilíndrica, em geral de cobre, que recebe o cartucho ou a pólvora e o leva à câmara das bocas de fogo que a possuem, servindo também para descarregá-la e, as vezes, para limpar as paredes da alma da peça, substituindo, neste caso, a rascadeira. Na outra extremidade de sua haste pode estar o saca-trapos. Segundo Alpoim, cocharra é um instrumento de cobre em forma de colher, comprida e redonda, pregada sobre uma massa de madeira que se chama seminela, e montada em sua haste, que serve para levar a carga de pólvora, quando não se usam cartuchos, para dentro da câmara da peça. Serve também para descarregá-la, tirando-lhe a bala e pólvora. (Banco de Dados Mundial Sobre Fortificações. Disponível em: <www.fortalezas.org/index.php?ct=verbete&id_verbete=144>. Acesso em: jul. 2013).

fim, não conseguiu responder todos os 21 tiros, "falhando seis entre vinte cinco peças carregadas". Além disso, os tiros disparados pela fortaleza mal foram ouvidos pela corveta, distante apenas uma légua da construção, enquanto que os tiros da corveta foram ouvidos na Cidade de Desterro, distante quatro léguas do local - isso tudo, vale ressaltar, em um dia sem ventos que pudessem atrapalhar o deslocamento do som. No dia seguinte, o comandante da corveta foi visitar a Fortaleza de Santa Cruz, junto de alguns de seus oficiais. O engenheiro Jerônimo Coelho lamentou que, "provavelmente a vista de tanto desarranjo e ruínas ele deverá ter formado uma ideia bem desfavorável e pouco airosa da nossa disciplina em matéria de fortificação".⁶⁷

Jerônimo Francisco Coelho era capitão de engenheiros e narrou esse episódio no relatório apresentado à Presidência da Província de Santa Catarina sobre o estado da Fortaleza de Santa Cruz, em 1835.

⁶⁷ Ofício do engenheiro Jerônimo Francisco Coelho para Feliciano Nunes Pires, Presidente da Província de Santa Catarina, de 17 de janeiro de 1835. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1835, fl. n. 23-28v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em:
<<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2283.pdf>>. Acesso em fev. 2013.

A planta, perfil e perspectiva citados no relatório se perderam.

Diante do que lhe parecia um momento exemplar, o engenheiro fez a seguinte recomendação:

A narração deste fato seguramente em nada cura as faltas da fortaleza, mas ele servirá de fazer sentir a necessidade de as reparar; por ele se conhecerá que não estando a fortaleza nem em estado de dar uma salva, menos poderá ela tornar respeitado e guardar o nosso porto. E ainda que o Brasil esteja atualmente em paz com todo o mundo, nada afiança que um tal estado seja de duração e toda a providência aconselha a prevenir-se na paz para repelir na guerra: demais em tempo algum se está livre dos insultos de um vaso de guerra estrangeiro.⁶⁸

O estado lastimável da fortaleza é confirmado ao longo do relatório, aonde o capitão analisa mais detalhadamente a situação dos apetrechos bélicos e dos edifícios da fortificação. Com respeito à artilharia e outros apetrechos bélicos, seu parecer é que “apresenta a fortaleza um quadro, em extremo, miserável”. Também os edifícios estavam “maior parte arruinadas, e virão, pelo tempo adiante, a perder-se inteiramente, quando se lhes não acuda com pronto reparo, ao menos quanto baste para vidar o progresso das ruínas”; alguns carecendo de manutenção

⁶⁸ Ibidem.

urgente, na avaliação do engenheiro. Sobre o aquartelamento, avaliou que “o aspecto desta obra oferece a um tempo rudeza e força e promete uma duração centenar”; embora sendo “bom quartel para a guarnição”, era prejudicial, se considerada pelo lado da fortificação, por causa da sua posição na bateria e pela considerável elevação sobre o terraplano, pois, no caso de a fortaleza ser atacada e este edifício bombardeado, desabaria em ruínas e “reduziria o entulho da bateria, e tornaria assim os defensores nulos e indefesos”. Chama a atenção o diagnóstico proposto pelo engenheiro: “Convém pois deixar ao tempo o cuidado de o destruir, tratando-se, quando seja possível, de construir um outro quartel para organização, e em lugar aí coberto dos tiros inimigos”. A Casa da Pólvora também apresenta problemas quanto à sua localização, no parecer crítico deste engenheiro: fora construída no lugar mais proeminente da ilha, vulnerável a balas ou a ser atingida por raios; por estar próximo à igreja – edifício igualmente arruinado, prestes a desabar – havia o risco de alastrar um possível incêndio. A solução que o militar apresenta é que “uma nova Casa de Pólvora, em lugar apropriado, será a todo o tempo o único remédio”; quanto à igreja, “o tempo não tardará a concluir o começado benefício de sua destruição, eliminando deste modo mais um alvo dos tiros do inimigo”. Também a Casa

do Comandante apresentava problemas, pois era “um edifício de má construção”, e “participa do defeito comum de ser exposto”; quanto ao seu estado, informa que “acha-se um tanto arruinado, principalmente no que respeita a madeiramento, telhado e ferragens”.⁶⁹

No parecer do capitão de engenheiros Jerônimo Coelho, a Fortaleza de Santa Cruz carecia destas obras e outros melhoramentos para “que ela se torne em estado de defesa e de salvar as embarcações nacionais e estrangeiras”.⁷⁰ Apesar do resultado da sua inspeção, aponta que “só um exame de peritos poderá dar o orçamento com exatidão e individualidade”. Aconselha também que “todos os anos, pelo menos uma vez, convirá mandar proceder a uma inspeção nas munições de guerra da fortaleza”.⁷¹ A necessidade de repará-la, como deixa claro o parecer do engenheiro, é uma medida de prevenção contra “insultos de um vaso de guerra estrangeiro”, ou seja, possíveis ameaças de guerra externas, mesmo que o Brasil não estivesse, naquele momento, envolvido em nenhum conflito internacional. Este parecer do capitão de engenheiro nos mostra que a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim mantinha sua importância para defesa da Ilha

⁶⁹ Ibidem, p. 2-4.

⁷⁰ Ibidem, p. 1.

⁷¹ Ibidem, p. 4.

de Santa Catarina em caso de invasão em tempos de guerra, embora, para melhor eficácia, se devessem fazer algumas alterações em seus edifícios. No contexto em que Coelho escreveu seu relatório, vale ressaltar, já não havia mais a ameaça de uma invasão por parte das tropas portuguesas, diferente do que a Junta Governativa Provisória tinha em mente quando alertava o governo imperial em 1822.

Das suas ponderações, ao menos uma foi atendida: foi formada uma Comissão Militar para exame das fortificações, composta pelo major do Imperial Corpo de Engenheiros, Patrício Antônio Sepúlveda Everard, o capitão graduado José Custódio Rodrigues Silva e o soldado Pacífico Manuel Stuart.⁷² Esta comissão tinha como função examinar as fortalezas, conforme designadas, ou, nas palavras de Jerônimo Francisco Coelho, “proceder a uma inspeção nas munições de guerra da fortaleza”.⁷³

⁷² Correspondência do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para José Joaquim Machado de Oliveira, Presidente da Província de Santa Catarina, de 24 de agosto de 1837. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1837, fl. n. 38-38 v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2216.pdf>>. Acesso em: abr. 2013.

⁷³ Ofício do engenheiro Jerônimo Francisco Coelho para Feliciano Nunes Pires, Presidente da Província de Santa Catarina, de 17 de janeiro de 1835. Correspondências dos

Esta Comissão, chefiada pelo engenheiro militar Patrício Antônio Sepúlveda Everard, faria uma série de visitas de inspeção nas fortificações da Ilha de Santa Catarina, cujos relatórios são fundamentais para compreender o funcionamento do sistema defensivo no século XIX. Entre 1837 e 1841, cinco foram as unidades vistoriadas pelos engenheiros militares: a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, a Fortaleza da Barra do Sul, o Forte São João e o Forte Santana do Estreito, e o Campo do Manejo.

Em setembro de 1837, cumprindo o que foi ordenado pela Presidência da Província em seus ofícios de 22 e 25 de agosto, a Comissão foi à Fortaleza de Santa Cruz para executar os exames e orçamentos com os peritos. Estudando o estado das construções desta fortaleza, Sepúlveda Everard emitiu parecer próximo àquele dado por Jerônimo Coelho: considerou o quartelamento “muito mal colocado, que pelo seu estilhaço deve prejudicar a guarnição, e inutilizar as baterias, entulhando-as”; a Casa do Comandante é “assaz espaçosa, porém no maior estado de ruína, começando a desabar-lhe a parede do norte, chovendo em toda ela, tendo podre grande parte do forro, parte do emadeiramento inferior e carecendo de quase toda a ferragem”, cuja solução mais

engenheiros para o Presidente da Província, 1835, fl. n. 23-28v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

conveniente seria “demolir este edifício e construir outro com os seus materiais em ponto menor, e térreo ao oeste da ilha, na queda da montanha, e por isso ao abrigo dos tiros do mar”. Confere que a Casa da Pólvora estava “em muito bom estado”, e que a Capela estava “inteiramente arruinada, e que deve acabar de demolir-se”. Por fim, avaliou ainda mais dois edifícios, o Armazém da Arrecadação da Palamenta, “que carece retelho e conserto nas portadas”, e ainda “uma casa arruinada, que deve acabar de demolir-se, existente no Forte Inhatomirim⁷⁴, destacado a oeste da ilha e inteiramente inútil”.⁷⁵

No que diz respeito ao papel e utilidade desta fortaleza, porém, Sepúlveda Everard concluiu que esta devesse ser conservada apenas como ponto de registro, pois “esta fortaleza, encarada como ponto de defesa, é

⁷⁴ O Forte Inhatomirim era, possivelmente, uma unidade que constituía a Fortaleza de Santa Cruz localizado a oeste da ilha de Anhatomirim, pela descrição do engenheiro. Era comum à época dar nomes às partes da Fortaleza – entendida como um conjunto de edifícios e baterias voltados para a defesa.

⁷⁵ Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para José Joaquim Machado de Oliveira, Presidente da Província de Santa Catarina, de 1º de setembro de 1837, p. 1. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1837, fl. n. 39-43. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2290.pdf>>. Acesso em: abr. 2013.

muito pouco importante, tem todos os seus edifícios expostos às baterias inimigas, não tem cruzamentos nem flanqueamentos, e todos os navios podem passar fora do seu alcance”.⁷⁶ Assim sendo, Sepúlveda enumerou as poucas obras que seriam necessárias para sua conservação para o fim proposto:

Conservando a fortaleza unicamente como ponto de registro, julgo deverem-se conservar os edifícios em bom estado, apesar de sua má localidade, e repartir interiormente o quartelamento, bastante espaçoso para nele se acomodarem na parte superior os empregados da fortaleza, arrecadações de palamenta e munições e na inferior a Prisão, e Quartel do Destacamento.

Deste modo pode também demolir-se a Casa da Arrecadação da Palamenta, bastante arruinada; reduzindo-se toda a obra a construir a nova Casa do Comandante e à repartição interior do quartelamento.

As muralhas carecem em parte de revestimento, e os merlões e barbetes de algum empedramento. As baterias precisam [ser] desmatadas e a praça da fortaleza limpa.⁷⁷

Em anexo ao documento, traz o orçamento com o valor a ser despendido nas obras de manutenção

⁷⁶ Ibidem, p. 1

⁷⁷ Ibidem, p. 1

necessárias – a “reedificação e reparos das baterias e edifícios da Fortaleza de Santa Cruz”, a “construção de um edifício para Quartel do Comandante da Fortaleza de Santa Cruz”, e ainda o orçamento dos “reparos, palamentas e despesa para se montarem e guarnecerem 36 peças de vários calibres que existem em perfeito estado na Fortaleza de Santa Cruz”.⁷⁸

Chama a atenção o diagnóstico de Sepúlveda Everard para a Fortaleza de Santa Cruz: conservá-la unicamente como ponto de registro, em detrimento de unidade militar. Seu parecer, neste caso, é ainda mais duro que o de Jerônimo Francisco Coelho com relação ao sentido da fortaleza, o que nos permite identificar o uso a ela atribuído dentro do sistema defensivo e para a província de Santa Catarina. Este parecer não decorre unicamente da crítica feita pelo engenheiro aos edifícios da fortificação – em sua maioria, mal construídos ou construídos em locais estrategicamente inapropriados – mas das transformações no campo militar. É preciso levar em consideração que Sepúlveda Everard está examinando a Fortaleza de Santa Cruz quase cem anos após a sua construção, por isso aponta tantas vulnerabilidades; a tecnologia bélica e o pensamento militar no século XIX

⁷⁸ Ibidem, p. 2 e ss.

também haviam mudado consideravelmente com relação ao século anterior. Como exemplo, vale dizer que os canhões deste período tinham um alcance dos tiros maior quando comparados ao da época em que esta fortificação fora projetada e construída.

A Comissão Militar também examinou outras fortificações de Santa Catarina, tais como a Fortaleza da Barra do Sul (Araçatuba), os fortes São João do Estreito e Santana do Estreito. Examinando a Fortaleza da Barra do Sul, Sepúlveda Everard emitiu juízo parecido àquele dado à Fortaleza de Anhatomirim: “esta considerada como ponto de defesa é, como todas as outras, pouco interessante, mas de bastante utilidade para registro daquela barra”. Em seu relatório, o major de engenheiros aponta as obras de manutenção necessárias na Casa do Comandante e Quartelamento, Paiol de Pólvora, Quartel do Ajudante, Armazém de Palamenta, e na Casa da Guarda Armazém da Bateria de baixo, bem como a necessidade de fazer-se o revestimento das muralhas e reparos dos edifícios da dita fortaleza. Levando em consideração o papel atribuído por ele à fortificação, aconselha que “bom seria que do lado do norte e imediato se construísse um trapiche de pedra seca”, pois seu porto era “estreito, pedregoso e de difícil

desembarque”.⁷⁹

As considerações de Everard quanto à serventia da Fortaleza da Barra do Sul e da Fortaleza de Santa Cruz são exemplares para o processo que procuramos identificar: a conservação dessas fortalezas era considerada importante apenas como ponto de registro, sem as funções militares que antes lhes eram características. É também importante ressaltar que estas são as únicas fortalezas construídas no século XVIII, conforme projeto de José da Silva Paes, que recebem maior atenção por parte da Comissão Militar; não há registros de semelhante inspeção na Fortaleza de Ponta Grossa nem na Fortaleza de Ratonés, neste período.

Sobre o Forte São João, Sepúlveda Everard encaminhou um ofício de 13 de setembro de 1837 ao Presidente da Província, no qual consta o relatório e o orçamento detalhado das despesas dos materiais e mão de obra a serem empregados na reedificação dos edifícios e muralha deste forte. Sobre as muralhas, ele escreveu que “convém conservá-la para proteger a entrada à terra firme,

⁷⁹ Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para o brigadeiro João Carlos Pardal, Presidente da Província de Santa Catarina, de 24 de dezembro de 1837, p. 1. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1837, fl. n. 62-63v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2280.pdf>>. Acesso em: abr. 2013.

ao caso da ilha ser invadida”. Relata que a muralha estava “inteiramente arruinada, porque sendo obra passageira, o barbete tem cedido ao tempo, e em muitas partes está quase demolido”; das peças de artilharia, havia onze peças de bronze em bom estado, de vários calibres, mas “os reparos e palamenta, à exceção dos soquetes, estão arruinados”. Quanto aos edifícios da fortificação, enumera três: “uma casa dividida em duas partes, na do sul se aquartela o comandante e na do norte o destacamento; aquela precisa forro, ladrilho e alguns reparos, e esta está parte arruinada e parte quase a demolir-se, tendo, além disto, uma cozinha separada, da qual não existe senão os esteios, portas e metade do telhado”.⁸⁰ Sepúlveda Everard aconselha o seguinte procedimento para esta construção:

A obra mais econômica, e de que mais carece este edifício, do qual considero a cozinha como parte, é acabar de demolir 40 palmos ao norte, fazer-lhe no que resta, e serve de quartelamento, as paredes de tijolo que são de pau-a-pique; reparti-lo em

⁸⁰ Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para José Joaquim Machado de Oliveira, Presidente da Província de Santa Catarina, de 13 de setembro de 1837, p. 1. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1837, fl. n. 48-50. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2264.pdf>>. Acesso em: abr. 2013.

duas partes, ficando a do norte com 19 palmos de frente para quartel; a do centro, com 13, para Arrecadação de Palamenta, e a do sul, com 26, que é a Casa do Comandante, de que já tratei, todos com 41 palmos de fundo. Reedificar-lhe a cozinha, aproveitando a telha da parte demolida, e dividi-la ao meio, para servir ao comandante e ao destacamento. É por estas bases que foi feito o orçamento.⁸¹

O que o engenheiro estava recomendando, no seu relatório, era reaproveitar o que fosse possível do material da própria fortaleza – as telhas, no caso – do que empregar material novo. Este procedimento, apesar de econômico, como o próprio comenta, não conseguira retardar o desgaste das construções exatamente por usar material de segunda mão, de menor qualidade; esta prática, muito adotada neste contexto, pode-se atribuir a duas causas: ou pelo caráter emergencial da obra, ou falta de recursos.

Chama a atenção aqui a importância atribuída pelo engenheiro militar a esta fortaleza, quando comparada à fortaleza de Anhatomirim. Enquanto considera a Fortaleza de Santa Cruz “muito pouco importante” se considerada como ponto de defesa, já o Forte São João ele considera relevante “para proteger a entrada à terra firme, ao caso da ilha ser invadida”; enquanto para aquela prefere demolir

⁸¹ Ibidem, p. 1.

ou deixar abater os edifícios considerados mal construídos, para esta recomenda reparar o que for preciso. O Forte São João estava posicionado de frente para o Forte Santana, ambos com a função de proteger o estreito entre a barra norte e a barra sul da Ilha de Santa Catarina, também localizados mais próximos à Cidade de Desterro.

Sepúlveda Everard é encarregado de fazer uma vistoria também no Campo do Manejo da Cidade de Desterro, o qual achou no seguinte estado:

O soalho deste grande edifício está quase todo arruinado, principalmente na varanda geral que divide os pátios das companhias: isto tem procedido de corrupção de grande número de barrotes. As divisões das ditas varandas, dos pátios e cozinhas têm abatido quase todas, e carece serem feitas de novo. O telhado está inteiramente arruinado por se lhe haverem quebrado telhas, e partido alguns dos caibros e linhas. Lugares há, como no xadrez, em que já tem abatido grande parte. Tem várias portadas podres e precisa ferragem que falta em algumas portas e janelas. Depois de efetuado este conserto (que, orcei, com as portas do curtume e incluso remeto a Vossa Excelência) útil será a pintura a óleo de toda a madeira exterior, para conservação de obra tão interessante e dispendiosa.⁸²

⁸² Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda

Para ele, convinha conservar o Campo do Manejo, pois podia "acomodar grande número de praças", tendo sido construído para um regimento de infantaria. Conservá-lo seria, na sua avaliação, uma melhor saída que "reedificá-lo, se chegar a demolir-se, como ameaça", sobretudo por ser a solução mais econômica.⁸³ Novamente, esta recomendação é totalmente diferente daquela feita às fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim e a da Barra do Sul, no mesmo período, muito embora a situação dos edifícios do Campo do Manejo não fosse muito diferente daquela das grandes fortalezas.

Em janeiro do ano seguinte, Sepúlveda Everard encaminhou para o Presidente da Província um orçamento para os consertos de maior urgência no Depósito de Recrutadas do quartel, conforme solicitado pelo comandante do mesmo. Além destes consertos, para o engenheiro ainda pareceu-lhe dever contemplar a despesa "com a prontificação de uma rampa de pranchões, para facilitar a

Everard para José Joaquim Machado de Oliveira, Presidente da Província de Santa Catarina, de 5 de outubro de 1837. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1837, fl. n. 54-55. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2221.pdf>>. Acesso em: jul. 2013.

⁸³ Ibidem.

entrada e saída do parque, e de cabos para uma latrina, que se torna indispensável para o asseio e disciplina do depósito". Novamente aqui neste documento aparecem as questões econômicas: Everard aconselhou o presidente que conviria cortar gastos no orçamento "se forem empregadas as madeiras nacionais que consta existirem disponíveis e se empregassem soldados ou escravos da nação nos referidos consertos."⁸⁴

Vemos aqui Sepúlveda Everard recomendando a contenção de gastos para as obras de manutenção em todas as fortificações que estavam sob sua responsabilidade, reaproveitando material de segunda mão da fortaleza ou o que estiver à mão, e mão-de-obra não-profissional, cogitando inclusive a possibilidade de usar também mão de obra escrava além de soldados. Disto tiramos que, independente da importância estratégica, papel ou utilidade da fortificação naquele contexto não era definitivo para ponderar sobre sua manutenção, mas, havia que se levar em conta as questões econômicas envolvidas. Neste

⁸⁴ Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para João Carlos Pardal, Presidente da Província de Santa Catarina, de 5 de janeiro de 1838. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1838, fl. n. 66-66 v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2228.pdf>>. Acesso em: jul. 2013.

sentido, é elementar o ofício que este engenheiro envia ao presidente da província em dezembro de 1839, solicitando "outro conto de réis" para que pudesse concluir as obras no Campo do Manejo.⁸⁵

Além deste ofício solicitando mais verba para conclusão das obras em andamento no Campo do Manejo, não podemos afirmar com total certeza o que fora ou não fora feito nas outras unidades sob sua responsabilidade conforme consta em seus relatórios. Lucas Boiteux afirma que, em 1838 foram feitos "vários melhoramentos" na Fortaleza de Anhatomirim:

... construíram-se dez reparos para as peças de artilharia de calibre [?], a fachada do Portão foi reparada: estabeleceram-se duas baterias semicirculares à barbete do lado do porto e um reduto junto ao pau da Bandeira: reconstruíram com paredes de alvenaria as baterias da barra e três plataformas.⁸⁶

⁸⁵ Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para Francisco José de Sousa Soares de Andréa, Presidente da Província de Santa Catarina, de 29 de dezembro de 1839. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1839, fl. n. 140. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2220.pdf>>. Acesso em: jul. 2013.

⁸⁶ BOITEUX, Lucas, *op. cit.*, p. 2.

Mesmo que o almirante Boiteux nos traga esta informação, não podemos ter total certeza de afirmar que estas obras procedem dos engenheiros supracitados. Lucas Boiteux não cita o nome de nenhum destes engenheiros em seu texto - nem Jerônimo Coelho, nem Sepúlveda Everard - sequer se aprofunda quanto ao estado das fortalezas, as inspeções realizadas, os relatórios, etc. O autor também escreve pouco sobre o período em que nos detemos, preferindo trazer relatos de viajantes, militares e outros observadores; mas traz outra informação substancial para os nossos objetivos: informa que um ato ministerial de 1837 classificara a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim como de segunda classe.⁸⁷

Com relação à defesa da Cidade de Desterro, merece consideração de nossa parte a construção de trincheiras. As obras de construção das trincheiras sul e leste da cidade foram de agosto de 1839 até maio de 1840. Não existem muitas informações sobre estas trincheiras, exceto os ofícios do engenheiro Everard dando conta do pagamento dos trabalhadores destas construções ao Presidente da Província; o próprio nome de trincheira pode estar sendo usado como um termo genérico para designar uma pequena fortificação (uma pequena bateria, etc.), que

⁸⁷ Ibidem, p. 2.

não o termo técnico de trincheira – uma muralha com fosso e a artilharia. Não existem também registros sobre os materiais bélicos instalados nestas fortificações, ou seu contingente militar. No entanto, podemos conjecturar que tenham sido construídas por causa da Revolução Farroupilha, pela data em que foram erguidas.

A respeito da Revolução Farroupilha, Lucas Boiteux escreveu que as fortalezas catarinenses "sofreram alguns reparos, tendo suas guarnições reforçadas"; entretanto, falou de maneira generalizada e não especificou quais fortalezas receberam reparos, mas citou a Fortaleza de Santa Cruz.⁸⁸ Mas, o envolvimento com a Farroupilha não se restringe apenas à restauração de algumas fortificações. Em ofício de 29 de maio de 1840, Sepúlveda Everard trouxe uma extensa relação de que fim se deveria dar aos apetrechos bélicos existentes no Forte de São João, depois da província ter sido invadida por tropas revolucionárias farroupilhas no ano anterior. O fim encontrado pelo engenheiro foi o seguinte: todas as balas

⁸⁸ BOITEUX, Lucas Alexandre. As fortificações de Santa Catarina: ligeiro histórico. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA. COLEÇÕES ESPECIAIS. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 17/03/1957, p. 3; 31/03/1957, p. 3; 19/05/1957, p. 2. (microfilmes). Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2035.pdf>>. Acesso em: jun. 2013.

existentes na fortaleza e enterradas na praia deveriam ser remetidas para as outras fortalezas; as seis peças de bronze que foram enterradas na areia e “encravadas com cravadores de aço farpados e quadrados quando os rebeldes evadiram a Província” deveriam ser enviadas para a fundição na Corte, por não serem mais utilizáveis;⁸⁹ para o Armazém de Artigos Bélicos, foram enviados os seguintes itens:

Dezenove lanternetas de calibre 12
Vinte e uma ditas de calibre 9
Balas das 154, dadas para consumo
Vinte nove hastes para soquetes dados para consumo
Sete cocharras de cobre idem
A metralha pertencente aos 70 sacos de couro. Idem
Alguma ferragem dos reparos para consumir
Quatro polvarinhos de chifre
Uma pirâmide de calibre 6
Cinco tábuas de tarimba⁹⁰

Apresentou também uma relação de

⁸⁹ Ofício de Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para Francisco José de Souza Soares de Andréa, Presidente da Província de Santa Catarina, de 29 de maio de 1840, p. 1. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1840, fl. n. 159-162. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2273.pdf>>. Acesso em: abr. 2013.

⁹⁰ Ibidem, p. 2

aprovisionamentos “que pelo seu estado de inutilidade devem ser consumidos”, e uma “relação dos objetos que se acham inteiramente incapazes”. Fim semelhante foi dado ao próprio material de construção do Forte São João, que, ameaçando ruína, foi reaproveitados para outros fins:

O Quartel do forte acha-se parte demolido e a outra parte separada desta por uma parede de pau a pique, ameaçando ruína; por isso somos de parecer que se apeie aproveitando-se a telha e alguma madeira para outras obras públicas; ficando de edifícios somente o Paiol da Pólvora, que está em bom estado, e por espaçoso, atribuindo-se-lhe janelas, pode até servir de quartelamento.⁹¹

O caso do Forte São João é particularmente interessante pela diferença entre as considerações de Sepúlveda Everard distantes apenas de dois anos: os apetrechos que se achavam em bom estado deveriam ser enviados para outras fortalezas ou para o Armazém de Artigos Bélicos, e seu material de construção aproveitado em outras obras públicas; dos edifícios restantes da fortificação, o paiol da pólvora, poderia ser adaptado para servir como aquartelamento. Isto porque, segundo Manoel Joaquim de Almeida Coelho, o Forte São João foi

⁹¹ Ibidem, p. 1

"desguarnecido de artilharia" por ordem do então Presidente da Província, o brigadeiro João Carlos Pardal quando "os republicanos do Rio Grande do Sul invadiram a Laguna em 1839".⁹² Não encontramos neste ofício nada que sinalize sua importância estratégica para defesa da Cidade de Desterro, como no documento citado anteriormente; ao mesmo tempo, o engenheiro militar não declara explicitamente a inutilidade deste forte, tal como o fez com a Fortaleza de Santa Cruz. Ao que tudo indica, parece que não valia a pena reparar esta fortificação para que tivesse novamente o papel que outrora tivera.

Podemos também fazer uma relação com a construção das trincheiras naquele ano, ainda em vias de conclusão; especulamos que Sepúlveda Everard considerasse que estas já fossem suficientes para defesa da Ilha, sem que precisassem se preocupar com um forte maior; ou ainda, por falta de recursos para levar adiante uma obra deste porte, simultaneamente.

Se uma fortificação considerada de relevância estratégica para defesa da Ilha de Santa Catarina levou este fim, que dirá, pois, daquelas consideradas de menor importância? Havia ainda outras estruturas que não tiveram o mesmo destino, sequer são mencionadas nos

⁹² COELHO, Manoel Joaquim de Almeida, *op. cit.*, p. 316.

relatórios dos engenheiros, ficando abandonadas à ação do tempo e à falta de ação dos homens. Qual teria sido o fim destas?

Temos como exemplo o caso do Forte do Lessa e do forte da Ponta das Almas. Ambos eram fortificação provisórias (passageira ou de campanha), a primeira localizada próxima à ponta do Lessa, onde hoje se situa o Palácio da Agrônômica (residência oficial do governador do Estado de Santa Catarina); a segunda, localizada na ponta homônima - hoje conhecida como ponta do Saco dos Limões, ao sul do centro da cidade de Florianópolis (Desterro, no século XIX). Não se sabe a data de construção de nenhuma das duas, porém, conhecemos o fim que tiveram: Sepúlveda Everard, em ofício para o Presidente da Província de Santa Catarina de 3 de março de 1841, considera que estes já não eram mais essenciais para a defesa da Ilha. Na sua análise, “considerando a defesa dessa Ilha puramente marítima, em pequena conta tenho os ditos fortes, construídos em crise extraordinária e dos quais o segundo grande despesa exige para a sua conclusão”. Conclui, então, que seria mais conveniente vender os edifícios existentes para os proprietários dos terrenos onde estas fortificações estavam localizadas, evitando-se a desapropriação desses terrenos, bem como a manutenção dos fortes – desde que, antes, se retire dos

fortes “tarimbas, cabides e os mais utensílios aproveitáveis”.⁹³ Os fortes São Luís e São Francisco Xavier da Praia de Fora tiveram fim semelhante: de acordo com Manoel de Almeida Coelho, foram leiloados – o primeiro em 1841, e o segundo, em 1839 - vendidos "por preço menor do que valia a cantaria dos seus portões", aponta o memorialista. Almeida Coelho ressaltava, em 1854: "parece que o desejo de acabar com tudo quanto apresenta caráter de antiguidade, tem-se desenvolvido com bastante vigor!".⁹⁴

⁹³ Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província de Santa Catarina, em 3 de março de 1841, p. 1. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1841, p.227-228v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/1931.pdf>>. Acesso em: abr. 2013.

⁹⁴ COELHO, Manoel Joaquim de Almeida, *op. cit.*, p. 317.

Existem ainda outras construções de que não se encontrou nenhuma documentação que possa indicar o fim que levaram: o Forte da Lagoa, o Forte do Ribeirão da Ilha, Forte do Cacupé, além de baterias, estacadas, trincheiras, etc., todas menores em tamanho e em importância.⁹⁶ Cabe-nos apontar que desapareceram, degradando-se pela ação do tempo, ou mesmo por pessoas que se serviam das pedras e madeiramento destas estruturas, já que abandonadas; é impossível, porém, declarar com exatidão as causas específicas de desaparecimento de cada uma delas, até o momento. Augusto Fausto de Sousa mencionou muitas destas construções dando-as por desaparecidas já em 1885.⁹⁷

É presente também neste contexto a questão dos recursos para obras e manutenção nas fortificações, como fica demonstrado na documentação analisada. A falta de verba para lidar com estas despesas já era expressa pela Junta Governativa Provisória, tal qual mostramos anteriormente; mais tarde, a partir de 1839, Patrício Antônio Sepúlveda Everard recebia uma consignação do Tesouro Público da província para ser despendido em obras públicas militares, conforme a sua atribuição.

⁹⁶ O Banco de Dados Mundial sobre Fortificações lista um total de 27 fortificações desaparecidas na cidade de Florianópolis, e um total de 32 para toda Santa Catarina.

⁹⁷ SOUSA, Augusto Fausto de., *op. cit.*, p. 121-126.

Podemos relacionar esta consignação com a Revolução Farroupilha, pois as obras a que se destinaram são contemporâneas à República Juliana - o que explica a preocupação do governo da província com a sua defesa. Entretanto, isso não significa que o problema tenha sido solucionado.

A consignação, no valor de um conto de réis (1:000\$000), se mostrava insuficiente em virtude das obras necessárias. Em ofício de 30 de setembro de 1839, para Francisco José de Sousa Soares de Andréa, Presidente da Província de Santa Catarina, Sepúlveda Everard fez a seguinte representação:

Regulando-me atualmente as férias das obras militares em mais de sessenta mil réis semanais; tendo a despendido em madeira para a do Quartel, segundo o meu orçamento de seiscentos mil réis para cima, e a comprar os outros gêneros precisos para o conserto: preciso que Vossa Excelência se digne mandar-me dar na tesouraria, por conta da consignação respectiva um conto de réis, fazendo-se-me descargo dos duzentos mil réis recebidos à vista dos documentos que apresentar.⁹⁸

⁹⁸ Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para Francisco José de Sousa Soares de Andréa, Presidente da Província de Santa Catarina, em 30 de setembro de 1839, p. 1. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1839, fl. n. 127. Arquivo

Felizmente sabemos da resposta do presidente, a ordem à Tesouraria em 1º de outubro, anotada a lápis na margem superior do documento:

Passo as ordens para por nas mãos do tesoureiro um conto de réis para as obras militares dos quais poderia ter terminado o Sepúlveda os quantos foram precisando com recibos [?]dando contas infalivelmente no fim de cada mês com férias mensais de 40 cada um obras e [?]em cada férias todas as feitas naquele mês com a mesma obra.
Participo-lhe.⁹⁹

Após 15 dias, o engenheiro militar encaminhou outro ofício ao Presidente da Província, solicitando mais verba, pois o conto de réis enviado já havia sido despendido nas obras sob sua responsabilidade, de modos que seria necessário mais recursos, com vista nas despesas ainda a serem feitas pelo mesmo oficial - a saber, obras no quartel do Campo do Manejo, que "a todo o instante se necessita substituições no madeiramento superior, que se

Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2256.pdf>>. Acesso em: abr. 2013.

⁹⁹ Ibidem, p. 1.

tem descoberto [...] quase todo podre".¹⁰⁰

No mês seguinte, a consignação é novamente insuficiente para cobrir os gastos feitos pelo engenheiro militar nas obras a seu encargo. Em ofício de 24 de novembro do mesmo ano, Everard faz uma relação de custo dos materiais necessários para as obras:

O último conto de réis que recebi para as obras militares e do palácio foi gasto pela maneira seguinte: fiz ao pintor o segundo pagamento, que exigiu para a compra de materiais (424\$250). Paguei de férias 259\$800; de madeira 210\$800; de cal 56\$000, e em carretos, vidros, etc. 54\$040; restam-me portanto, duzentos e tantos mil réis, que me haviam ficado de saldo antes de o haver recebido, e tenho a pagar a madeira para o conserto do hospital que vem chegando; ferragem gasta, etc. Preciso portanto, para a continuação das obras, que Vossa Excelência se digne ordenar à Tesouraria que, fazendo-me descarga do que tenho despendido à vista dos documentos, me mande dar outro conto de réis

¹⁰⁰ Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para Francisco José de Sousa Soares de Andréa, Presidente da Província de Santa Catarina, em 15 de outubro de 1839, p. 1. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1839, fl. n. 131-131v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <www.fortalezas.org/midias/arquivos/2254.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

pela mesma repartição.¹⁰¹

As obras públicas militares em questão são as trincheiras do sul e do leste da Cidade de Desterro, o Quartel o Campo do Manejo e o Hospital Militar de Santa Bárbara e o Palácio da Presidência. Para prestar contas do andamento, bem como dos gastos destas obras, Patrício Antônio Sepúlveda Everard escreveu um relatório ao Presidente da Província, em 3 de janeiro de 1840. Neste relatório, apresenta que “a primeira das trincheiras está quase concluída; acha-se feito o quartel; aberta a picada, e colhe-se madeira para uma estrada, que sustente a terra do parapeito, o que se conseguirá brevemente”, ao passo que a trincheira do leste “existe em maior atraso: está se fazendo o quartel, que está bastante adiantado; está aberta a picada e grande parte do fosso, mas a falta que tem havido de trabalhadores tem sido nociva ao andamento da obra”.¹⁰² O

¹⁰¹ Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para Francisco José de Sousa Soares de Andréa, Presidente da Província de Santa Catarina, em 24 de novembro de 1839, p. 1. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1839, fl. n. 138. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <www.fortalezas.org/midias/arquivos/2218.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

¹⁰² Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para Francisco José de Sousa Soares de Andréa, Presidente da Província de Santa Catarina, em 3 de janeiro

Palácio da Presidência estava em fase final, “quase concluído, dependendo do resto da pintura e alguns pequenos reparos”; quanto ao Quartel do Campo do Manejo, “trabalha-se na parte do norte; está perfeitamente retelhado; foram substituídas quase todas as madeiras, que se achavam corrompidas e para o seu completo conserto depende ainda (tanto deste lado como do sul) de muito tempo e mais dispêndio”. Por fim, no Hospital Militar de Santa Bárbara precisou-se fazer um “conserto radical”, por causa do seu “grande estado de ruína” – tanto que foi preciso parar a obra para juntar madeira para realização deste conserto, além dos “reparos mais necessários” já feitos.¹⁰³

Embora o relatório não venha acompanhado de nenhum anexo, em ofício de 1º de fevereiro de 1840 o major de engenheiros dá conta que havia gastado “487280 réis, em madeira 154500, em ferragem 57110, em pintura 100000, em cal 112000, em tijolo 16000, em pedra 12800, em carretas 30400 e em despesas miúdas 2090”.¹⁰⁴

de 1840, p. 1. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1840, fl. n. 142-143. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <www.fortalezas.org/midias/arquivos/2257.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para Francisco José de Sousa Soares de Andréa,

Entretanto, como a consignação não bastava para arcar com as despesas necessárias para a continuidade das obras, Sepúlveda precisou apelar para outros meios, como expressa em ofício de 14 de fevereiro:

Dirigindo-me à tesouraria ao primeiro do corrente mês por várias vezes, a fim de receber a quantia que Vossa Excelência ordenou se me desse para a continuação das obras públicas e militares; disse-me afinal o inspetor da mesma tesouraria, que me podia [ilegíveis duas palavras] se haver esgotado a quantia de que eram feitas tais despesas: em consequência pedi dinheiro emprestado para pagamento das férias; e tenho comprado gêneros sob minha responsabilidade, o que por hora tenho recontará a 300 e tantos mil réis: espero portanto que Vossa Excelência se digne ordenar a dita tesouraria me efetue o abono do conto de réis ordenado, para fazer os pagamentos a que estou comprometido e continuar as ditas obras, se assim for do agrado de Vossa Excelência.¹⁰⁵

Presidente da Província de Santa Catarina, em 1º de fevereiro de 1840, p. 1. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1840, fl. n. 144-145. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <www.fortalezas.org/midias/arquivos/2196.pdf>.

Acesso em: abr. 2013

¹⁰⁵ Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para Francisco José de Sousa Soares de Andréa, Presidente da Província de Santa Catarina, em 14 de

Sabemos que esta solicitação de Sepúlveda fora atendida pelo Presidente da Província, pois, em ofício de 29 de abril, o mesmo se dirige a este alegando que recebeu, no dia 25 daquele mês, a quantia de um conto e meio (1:500:000) de réis da tesouraria, com os quais pagou as “quatro semanas de férias que se deviam essas duas obras, os materiais das do quartel e parte das do Armazém de Artigos Bélicos”.¹⁰⁶

A correspondência entre Sepúlveda Everard e o Presidente da Província Francisco de Andréa em 1839 e 1840 possui uma questão em comum com a correspondência entre a Junta Governativa Provisória e o Ministério da Guerra, em 1822: a falta de recursos na província para as obras de manutenção necessárias nas fortificações. A diferença é que, enquanto a Junta apelava

fevereiro de 1840, p. 1. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1840, fl. n. 149-149v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <www.fortalezas.org/midias/arquivos/2199.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

¹⁰⁶ Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para Francisco José de Sousa Soares de Andréa, Presidente da Província de Santa Catarina, em 29 de abril de 1840, p. 1. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1840, fl. n. 152. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <www.fortalezas.org/midias/arquivos/2194.pdf>. Acesso em: abr. 2013

ao imperador que não dispunha de meios para dar conta dos gastos com a defesa - sendo este o responsável pela nomeação do comandante que ficava a cargo do governo militar da província - Sepúlveda Everard dirigia-se à Presidência da Província, agora responsável também pelas atribuições militares no governo. Podemos também apontar a mesma disposição nos dois contextos: enquanto a Junta preocupava-se em prontificar as defesas da Ilha frente a um possível ataque, Sepúlveda Everard estava manejando recursos o quanto podia para que as obras não parassem. Embora não tenhamos à disposição as respostas do presidente, pelos desdobramentos acompanhados podemos entender que o recurso estava chegando; porém, o fato de os gastos aumentarem à medida que se descobrem novos reparos a serem feitos coloca em perspectiva a constante necessidade de recursos por parte da Tesouraria. A questão dos recursos também está atrelada à relevância de determinada fortificação dentro do sistema defensivo, de acordo com seu o sentido naquele contexto. O fato de os engenheiros militares estarem examinando com certa frequência estas fortificações nos diz muito a respeito do papel que estas desempenhavam: quais deveriam ser mantidas, ou em quais valeria a pena ser feito algum tipo de manutenção, etc. Não havia mais a necessidade de se manter um sistema defensivo tão

extenso, com dezenas de fortificações; muitas destas já estavam inoperantes desde o final do século XVIII, o que tornava sua manutenção desnecessária, muito onerosa para os cofres públicos da província.

A questão econômica relacionada ao sentido das fortalezas volta a aparecer nos relatórios de inspeção de 1843, elaborados por Sepúlveda Everard, visitando as fortalezas de Santa Cruz e da Barra do Sul. Com relação à fortaleza de Santa Cruz, mantém que a fortaleza é “bastante interessante, considerada como ponto de registro”; na sua análise, “julgo que se levar a efeito o conserto deverão os merlões serem desmanchados, a reduzirem-se à barbetas todas as baterias, sistema hoje adotado pelo princípio de fortificação marítima”. Quanto às demais obras, remete anexo o “orçamento dos materiais e mão de obra a despender para o conserto geral de edifícios e baterias da Fortaleza de Santa Cruz”, a Capela, Casa do Governador (Comandante da Fortaleza), Quartel da Tropa e o “revestimento da muralha, portão e construção de escada de alvenaria”.¹⁰⁷ No entanto, não é

¹⁰⁷ Ofício do engenheiro Patrício Antônio Sepúlveda Everard para Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província de Santa Catarina, em 8 de junho de 1843, p. 1. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1843, fl. n. 283-284 v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em:

tanto a natureza dos reparos que nos chama a atenção neste ofício, mas a forma de se fazerem os consertos:

[...] Se Vossa Excelência se servir do método econômico que em tais casos e com tanto proveito tem usado, poder-se-á reduzir talvez a metade, e que fácil é de conceber fazendo-se a cal nas proximidades da fortaleza, cortando-se aí as madeiras, e empregando na obra soldados pedreiros, carpinteiros, e serventes com pequena gratificação.¹⁰⁸

O método econômico proposto por Everard era utilizar como material de construção a matéria prima disponível na própria fortaleza e em suas proximidades, como “pedra, areia, barro etc., e os que se podem aproveitar das obras demolidas” – método que, de acordo com o próprio, “com tanto proveito tem usado” em tais casos. para este serviço não eram contratados profissionais pedreiros ou carpinteiros, mas os próprios soldados que, para tal serviço, recebiam uma pequena gratificação ao invés de uma fêria. O tipo de serviço feito nos permite identificar não apenas o estado da fortificação, mas as condições econômicas que influenciaram na sua manutenção, isto é, austeridade.

<www.fortalezas.org/midias/arquivos/2183.pdf>. Acesso em: abr. 2013

¹⁰⁸ Ibidem, p. 1.

Semelhante coisa o engenheiro propõe que se faça na Fortaleza da Barra do Sul: "... ainda assim pode baixar alguma coisa pelo método de que Vossa Excelência se tem servido" - isto é, o método econômico: "temos a pedra, barro, areia e materiais dos edifícios a aproveitar: podem-se cortar as madeiras e fazer a cal nas imediações da fortaleza, e se houverem carpinteiros e pedreiros militares a muito mais subirá a economia". Com relação a esta fortaleza, Everard analisa que "os edifícios desta fortaleza, ou estão demolidos ou apresentam imediata ruína, e por isso convém que pronto se proceda ao seu reparo".¹⁰⁹ Interessante notar que este foi o seu parecer cerca de quatro anos antes, em relatório mais detalhado citado anteriormente. Com base na argumentação do engenheiro nestes ofícios, é notório que o "método econômico" não era suficiente para conter o processo de arruinamento dos edifícios das fortificações. Pelo contrário: o fato de utilizarem material das obras demolidas nos dá uma noção do estado em que estas se encontravam. Como não

¹⁰⁹ Ofício do engenheiro Patrício Antônio Sepúlveda Everard para Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província de Santa Catarina, em 20 de junho de 1843, p. 1. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1843, fl. n. 285-287. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <www.fortalezas.org/midias/arquivos/2207.pdf>. Acesso em: abr. 2013

disponham das respostas dos Presidentes da Província para os engenheiros, não sabemos quais obras foram autorizadas ou não, ou que tipo de serviço fora feito por ordem da Presidência; mas, especulamos que, através destes outros relatórios, não é difícil perceber o procedimento que fora adotado.

Em 27 de junho de 1843 acabou a consignação das obras militares sob a responsabilidade de Sepúlveda Everard. Naquele mesmo dia, ao meio-dia, dispensou todos os operários, exceto dois soldados carpinteiros que ficaram encarregados de acabar um barracão do Armazém de Artigos Bélicos que deveria ser coberto com madeiras, o que, nos cálculos do engenheiro, se concluiria até o fim daquela semana. Os materiais que ficaram para ser empregados nesta obra foram todas as madeiras grossas, no valor de quase três contos de réis, 38.000 tijolos, quase 800 carradas de cabeços, pedra miúda e moios de cal, e uma porção de areia e barro. O engenheiro assegura que pagou todas as despesas das obras, tendo ainda deixado 12.000 réis em poder do feitor.¹¹⁰

¹¹⁰ Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para o Presidente da Província de Santa Catarina, Antero José Ferreira de Brito, de 27 de junho de 1843. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1843, fl. 288-288 v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em:

Após um intervalo de cinco anos, temos novamente à disposição uma série de relatórios de Patrício Antônio Sepúlveda Everard sobre o andamento das obras sob sua responsabilidade - o Armazém de Artigos Bélicos, o Campo do Manejo, o Hospital das Caldas da Imperatriz e a Capela do Cemitério Público da Cidade. Para focar nos objetivos propostos para este trabalho, vamos nos concentrar no que estes relatórios dizem a respeito das obras militares.

Em seu relatório referente ao segundo semestre do ano de 1848, Sepúlveda Everard informa que as obras no Armazém de Artigos Bélicos haviam parado “há muito tempo e falta-lhe grande parte do soalho no pavimento superior; quase todo o calçamento no interior; forro; repartimentos; vidraças; cabides; reboques; etc.”; porém o que mais chama a atenção em seu relatório não é tanto o andamento das obras nesta unidade, mas o papel a ela atribuído pelo engenheiro, pois considerava que era “de grande necessidade a conclusão desta obra, para se acomodarem os objetos marciais, que se arruinam nos pontos em que existem, e aonde não podem ser cuidados com o zelo que se empregaria reunidos em um só ponto,

<<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2281.pdf>>. Acesso em: jul. 2013.

debaixo de uma boa administração.”¹¹¹ Trata-se aqui da centralização dos materiais e variados apetrechos bélicos, dispersos nas fortificações e quartéis, em um único ponto onde a administração seria feita com maior zelo e cuidados, conforme as considerações do engenheiro; a que se deve este esforço? Certamente a medida não era unicamente administrativa, pois, vale ressaltar que nos seus relatórios nos anos de 1837, 1839, 1840, 1841, etc., o engenheiro observa que os apetrechos bélicos das fortalezas estão se deteriorando expostos ao tempo, ou armazenados em condições inapropriadas. A função de um Armazém de Artigos Bélicos, dentro da logística militar, é, justamente, garantir a preservação destes materiais, evitando assim o desperdício, e, sobremaneira, mais gastos.

As obras no Campo do Manejo também estavam paradas – o engenheiro não informa desde quando – por ter se esgotado a quantia que se lhe tinha sido autorizado despende, e não ter vindo ainda a distribuição do

¹¹¹ Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para o Presidente da Província de Santa Catarina, Severo Amorim do Valle, de 1º de janeiro de 1849. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1849, fl. n. 27-28. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/2262.pdf>>. Acesso em: abr. 2013.

orçamento para as obras militares; seu parecer é que “este quartelamento, o terceiro do Império, e numa província marítima, tão frequentada por tropas, que por vezes tem servido de depósito, e que talvez tenha de servir em maior escala, é digno de consideração”.¹¹² Aqui o engenheiro lembra o presidente da província da importância do Quartel em que está trabalhando; certamente esta afirmação, feita em um parágrafo específico no documento, tem como intenção angariar recursos para concluir a obra, que, como havia dito, estava parada.

Novamente, a questão do dinheiro é crucial para o andamento das obras, o que nos remete ao caso da consignação para obras públicas e militares. O sistema de financiamento adotado para estes fins não era eficiente, o que constatamos na crítica de Sepúlveda Everard:

O sistema até agora praticado de votar-lhe pequenas quantias anuais para o seu reparo é moroso e prejudicial, ou antieconômico. Antes de se chegar a meio do conserto, no fim de anos, já a primeira parte consertada se tem arruinado; e assim temos um modo contínuo de consertos e desperdícios, sem que nunca o edifício esteja em estado de recolher uma grande porção de força do exército. Cinquenta contos de réis por uma vez, chegarão ao seu

¹¹² Ibidem, p. 1.

completo reparo e, num ano, estaria pronto o edifício a conter com comodidade 2000 homens, como aconteceu em época remota.¹¹³

Destacamos aqui a questão do andamento das obras: a demora em continuar as reformas e consertos necessários contribui para o arruinamento dos prédios, por conta do atraso da verba destinada para estes fins. Desta maneira, nem as obras se concluem em tempo hábil, prejudicando o funcionamento do edifício, nem se faz economia, pelo contrário, encarece a obra. Esta consideração é fundamental para compreendermos por que estas unidades, mesmo recebendo manutenção, se derruíam ao longo do tempo; mais, especulamos quão rápido foi o processo de abatimento de outras construções que sequer receberam este tipo de atenção. Everard reitera esta crítica em outro relatório naquele mesmo ano:

São muito escassas as consignações militares que tem vindo e aplicadas pelos senhores presidentes as que julgam de mais vital necessidade; e, desta medida, o que acontece é, antes de concluído o conserto do vasto quartelamento, ter de reparar lugares que já foram consertados.¹¹⁴

¹¹³ Ibidem, p. 2.

¹¹⁴ Ibidem, p. 1.

Por causa da falta de recursos para dar continuidade às obras de manutenção, o engenheiro teve de mandar pará-las no Quartel do Campo do Manejo, ao fim de 1849. Faltava apenas “consertar duas das companhias e a concluir o conserto de outra; que já está abarrotada, assoalhada e retelhada”.¹¹⁵ Anteriormente a este relatório, Everard já havia comunicado à Presidência da Província que tinha mandado parar os consertos:

Tendo-se esgotado as consignações do ano financeiro que decorre, pertencentes ao Quartel do Campo do Manejo e Capela do Cemitério público da cidade, esta no respaldo e reboque da obra e aquela no conserto e construção de carretas de artilharia do Forte de Santana e reparos nas Companhias do sobredito quartel; mandei-as parar e relacionar os materiais que ficam nos pontos, e entregues ao feitor das mesmas obras, Manoel Pereira da Costa Paulo.¹¹⁶

¹¹⁵ Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para Severo Amorim do Valle, de 16 de dezembro de 1849. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1849, fl. n. 95-95 v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <www.fortalezas.org/midias/arquivos/1909.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

¹¹⁶ Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para Severo Amorim do Valle, de 3 de dezembro de 1849. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1849, fl. n. 93. Arquivo Público

Diante da demora da conclusão das obras no Quartel do Campo do Manejo, o Presidente da Província pede explicação de Sepúlveda Everard, com vista ao que o Ministro da Guerra dirigiu ao dito presidente em ofício de 2 de janeiro de 1850. Em resposta à ordem, o Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros apresenta mais uma vez as causas do arruinamento e atraso nas obras do dito Quartel:

Esse vasto edifício, no qual em 1817 (dizem) se aquartelaram 3.000 homens da divisão portuguesa, deixou-se chegar a tal estado de ruína que, desde 1837 que existe em contínuos consertos debaixo de minha direção, tem sido necessário substituir-lhe toda a madeira, e até apelar-lhe paredes de repartimentos, por descansarem sobre vigamento corrompido; podendo, sem exageração avançar, que em tal edifício só tenho aproveitado o aro; parte das paredes interiores, e alguma telha. [...] Acresce mais para a dificuldade da conclusão de tal de tal [sic] conserto, a exiguidade das quantias consignadas: a obra para; os materiais arruñam-se e alguns mesmo se extraviam, e, antes de concluir-se, já precisa [ser] reconsertada em alguns lugares, como tem acontecido, e se evitaria

do Estado de Santa Catarina. Disponível em:
<www.fortalezas.org/midias/arquivos/2125.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

empregando-se num ano as consignações destinadas para quatro, ou cinco, e, proibindo desviar delas quantias, ainda que para aplicações muito necessárias.¹¹⁷

Este documento reafirma o que Everard já vinha apontado à presidência da província nos seus relatórios passados: o atraso nas obras do quartel deve-se à insuficiência dos recursos despendidos para seu conserto; a quantia, além de pouca, ainda é extraviada para outros fins que não são exatamente àqueles para as quais foi destinada. Por esta razão o dito quartel precisava sempre de novas manutenções, pois, além de não ficar pronto, o atraso na conclusão das obras inacabadas levava ao arruinamento de outras partes da construção – gerando mais gasto e mais atraso.

Alguns anos mais tarde, em 1850, Sepúlveda Everard volta às fortalezas de Santa Cruz e da Barra do Sul para novas inspeções. Em inspeção à Fortaleza de Santa Cruz, o engenheiro descreve detalhadamente o que ele classifica como "o deplorável estado em que existe a

¹¹⁷ Ofício do engenheiro Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para Severo Amorim do Valle, de 23 de janeiro de 1850. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1850, fl. n. 103 - 104v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <www.fortalezas.org/midias/arquivos/1892.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

primeira fortaleza da província, que podendo servir à defesa da barra com uma linha de três canhoneiras, colocada entre ela e da Ponta Grossa, só serve por antiga inércia para vergonha nossa, e irrisão, e escárnio do estrangeiro". Os edifícios desta fortaleza não estavam em melhor estado que aquele descrito pelo mesmo engenheiro em anos anteriores, conforme já citamos anteriormente. Com relação ao quartel do comandante, assinala que “chove-lhe em grande parte, tem fendida toda a parede do norte, que ameaça desabamento e que convém apear, para construir de novo, e reparar o telhado, e suas ruínas interiores”. O quartel do ajudante – “uma pequena casa no Forte de São Caetano”, um reduto de quatro peças, localizado na parte sudeste da fortaleza – carecia de “algum conserto no telhado e se lhe acabe de construir a casinha já começada”; o quartel da guarnição, apesar de vasto, era “construído sob arcada fraca; telhado arruinado; tendo um de seus ângulos sobre a bateria que obstruirá sendo batida a fortaleza”. A Capela estava a ponto de desabar, precisando ser apeada rapidamente; de útil, apenas “o arco cruzeiro e carece ser construído de novo, aproveitando-se somente as outras três paredes do aro, em bom estado”. Também o Paiol de Pólvora era “construído em mau lugar e fora de preceito”, conforme já havia assinalado outras vezes; tinha, na ocasião, “o telhado

arruinado, portas e portadas; e finalmente, a arrecadação é acanhada, e no maior estado de ruína”.¹¹⁸

Sobre os apetrechos bélicos da fortaleza, descreve o seguinte:

Existem na fortaleza 43 peças de calibres 24 [libras], 18, 12, 9, e uma de 8, todas no chão e maltratadas; e 3 que estão montadas sobre reparos podres, não poderão fazer segundo tiro de bala. As salvas dão-se com as boladas apoiadas sobre as arestas das canhoneiras. Não há, portanto, um reparo; e, da palamenta que existe, só se podem aproveitar imensas hastes, e massas de soquetes, alguns porta-cartuchos; caixas de espoletas, diamantes, e ferragem dos reparos arruinados; e, das munições, bala rasa, e metralha, de que abunda.¹¹⁹

Isto sinaliza que a fortaleza já não era usada para fins militares havia muito tempo; parece que seus canhões não tiveram outro uso que não para salvas quando se aproximava algum navio – procedimento normal da fortaleza, como ponto de registro.

¹¹⁸ Ofício de Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para João José Coutinho, de 24 de agosto de 1850. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1850, fl. n. 118-122. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <www.fortalezas.org/midias/arquivos/1910.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 1.

Diante desta análise, recomenda o seguinte proceder:

Posto que conheça os defeitos de construção, e colocação dos edifícios, que deveriam demolir-se para reconstruírem-se em lugares ao abrigo do fogo; igualmente conheço que a despesa muito aumentaria por este meio, e, por isso, confeccionei o orçamento do conserto geral conservando-os todos, reduzindo-me ao complemento reparo de cada um deles; baterias, escada, portão, etc.¹²⁰

Este parecer difere de outros anteriormente emitidos por este engenheiro porque, desta vez, prefere reparar e conservar os edifícios já existentes da fortaleza do que deixar que se abatam e construir novos em seu lugar.

A Fortaleza da Barra do Sul é a que recebe melhor consideração do engenheiro, pois é do parecer que “é a que mais influência tem, pela sua localidade, na defesa da entrada da província [sic] e a chave da barra em que existe e preenche o fim de evitar que por ela entrem navios”.¹²¹

¹²⁰ Ibidem, p. 2.

¹²¹ Ofício de Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para João José Coutinho, de 29 de agosto de 1850. Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1850, fl. n. 128-133. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em:

Sepúlveda Everard atribui mais importância para a defesa da Ilha de Santa Catarina por parte desta fortaleza, localizada no extremo sul da ilha, do que à fortaleza que defende a barra do norte. É importante ressaltar que a barra do sul é um ponto da ilha de difícil penetração, por causa da sua formação geográfica e o mar mais agitado, de modo que o local é famoso pelos naufrágios lá ocorridos - o que lhe conferiu o nome de Ponta dos Naufragados.

Com relação à artilharia da fortaleza, o engenheiro detalha que

A fortificação reduz-se a um reduto circular, que pode montar 8 peças, e a uma bateria, que defende o porto e que pode montar quatro. Tem 10 peças de bronze antigas, mas em bom estado, sendo seis de calibre 12 [libras], 3 de 8 e uma de 6, que se acha nesta cidade, e cumpre ali ser recolhida, para com as 3 de 8, guarnecerem a bateria do porto, e as 6 de 12, o reduto, a cavaleiro desta. Além das 10 peças de bronze, tem 4 de ferro, inteiramente inúteis. Os reparos [carretas] em que está montada a artilharia estão arruinados; e, os 10 que existem em arrecadação, tem-se-lhe oxidado quase toda a ferragem, que está inservível; convém substituí-la e neles montar as peças; pois em alguns dos em que se acham, não podem fazer segundo tiro

<www.fortalezas.org/midias/arquivos/1922.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

de bala.¹²²

Ainda com relação aos petrechos bélicos existentes na fortificação, aponta que "pouca palamenta existe e dessa a maior parte inútil; e quanto a projéteis, só abunda em bala rasa, carecendo de metralha para o caso de aproximação e tentativa de entrada de navio inimigo".¹²³ A situação não era muito diferente do que já havia observado em suas outras inspeções, o que denota que pouco ou nada fora feito conforme o parecer do engenheiro militar em seus relatórios. Além do mais, o estado dos materiais bélicos na fortaleza nos liga diretamente de volta à questão da sua centralização no Armazém de Artigos Bélicos, medida adotada dois anos antes.

Com relação aos edifícios da fortaleza, descreve que a Casa da Guarda, com arrecadação da Bateria do Porto ameaçava abater-se logo, assim como a Arrecadação do Reduto e o Quartel do Almoxarife; o Quartel do Ajudante carecia de pequenos reparos, tal qual o Paiol da Pólvora, o Quartel do Comandante, com o Quartel da Guarnição contíguo, "mas precisando fazer-se-lhe o quartel da guarnição, de que só existem as paredes do aro e

¹²² Ibidem, p. 1.

¹²³ Ibidem, p. 1.

essas em mau estado”.¹²⁴

A defesa dos canais de leste e oeste, na sua consideração, seria completa se "colocada uma canhoneira no primeiro destes, entre a terra firme e a sobredita Ilha dos Papagaios, e ocupando as sumidades dos dois padraços, esta ilha e o Morro dos Naufragados".¹²⁵ Esta medida nos leva a pensar se, na ideia de Sepúlveda Everard, a bateria circular da fortaleza já estivesse obsoleta, insuficiente para barrar os intentos inimigos conforme a tecnologia bélica de meados do século XIX; apesar disso, ele ainda considera esta fortaleza uma peça importante para a defesa da ilha. Entretanto, as únicas notícias que temos de que algo fora feito nestas duas fortalezas, após estes exames feitos pelo Sepúlveda, é que o Presidente da Província ordenou que este se dirigisse novamente à Fortaleza de Santa Cruz para examinar as doze peças de calibre 24 que se deviam montar, para tirá-lhes as dimensões.¹²⁶ Além disso, não se há registro que se

¹²⁴ Ibidem, p. 1

¹²⁵ Ibidem, p. 1.

¹²⁶ Ofício de Patrício Antônio de Sepúlveda Everard para João José Coutinho, de 8 de novembro de 1850.

Correspondências dos engenheiros para o Presidente da Província, 1850, fl. n. 138-129. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <www.fortalezas.org/midias/arquivos/1893.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

tenha feito outra coisa nestas fortalezas neste contexto, ou que tenham sido feitos os reparos indicados por Sepúlveda Everard.

Ao longo da década de 1850, as fortalezas não figuram mais com tanta frequência nos ofícios dos engenheiros militares; as preocupações para com estas construções só foram retomadas na década de 1860 por conta de dois eventos: a Questão Christie (1863) e a Guerra do Paraguai (1864 - 1870), período que foge ao recorte adotado neste trabalho.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, analisamos os novos usos que as fortificações catarinenses passam a ter no século XIX, diferente dos usos e do sentido que tinham em meados do século XVIII. No contexto da Independência do Brasil, entre 1822 e 1824, identificamos a preocupação por parte da Junta do Governo Provisório de prevenir-se de uma possível invasão externa por parte de Portugal, numa tentativa de reconquista; diante desta ameaça, a Junta constatou que não havia com o que se pudesse fazer a defesa de Santa Catarina, pois suas fortalezas estavam arruinadas, as tropas defasadas e despreparadas, não havia embarcações de guerra, apetrechos bélicos e, sobretudo, recursos para arcar com as despesas necessárias para as devidas medidas preventivas. Mesmo que o Governo Imperial tivesse enviado verba para que o Tesouro Público de Santa Catarina, não era suficiente para que se reparassem as fortalezas, comprar embarcações de guerra e armá-las devidamente, bem como pagar o soldo da tropa e oficiais militares.

Ao longo da década de 1820 e 1830, conforme apontam os relatórios dos engenheiros Jerônimo Francisco Coelho e Patrício Antônio Sepúlveda Everard, as principais fortalezas de Santa Catarina continuavam em

mau estado de conservação, sendo urgente repará-las. O fato de os seus relatórios continuarem a ter o mesmo tom por mais de 15 anos nos indica que pouco ou nada foi feito para se evitar o arruinamento destas construções. Por outro lado, o mesmo não acontece com relação ao Campo do Manejo: mesmo que constantemente houvesse obras a serem feitas nesta unidade, isso se devia à demora de se concluírem os reparos, que, por sua vez, tardaram a ser concluídos em decorrência da falta de recursos ou da maneira como eram gerenciados.

Chama-nos a atenção, também, e existência de diferentes considerações sobre a utilidade das fortalezas neste contexto. No período da consolidação da Independência, entre 1822 e 1824, vemos que a preocupação em manter as fortalezas em estado que fossem capazes de defender Santa Catarina de uma hipotética ameaça externa - naquele contexto, por tropas portuguesas. Como pudemos ver não se concretizaram nem a invasão, nem os reparos necessários para manter em bom estado as fortificações e tropas. Pelo tom assumido pela Junta do Governo Provisório em sua correspondência com o Ministério da Guerra, assumimos que as fortalezas ainda eram consideradas úteis para propósitos militares; não podemos apontar quais, exatamente. Entretanto, não vemos o mesmo sentido presente nos relatórios de

inspeção dos engenheiros militares apenas uma década depois. A Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, principal fortaleza deste sistema defensivo, não é considerada por Sepúlveda Everard como relevante para a defesa, a ponto de preferir deixar alguns de seus edifícios desabarem para que se construam outros, ao invés de reparar o que for possível.

A que se deve essa diferença? Por que as grandes fortalezas construídas no século XVIII recebem um tratamento distinto dos fortes e outras estruturas menores que compunham este sistema defensivo? Esta questão diz respeito ao sentido do sistema defensivo no século XIX, como tratamos no segundo capítulo. As fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonés e São José da Ponta Grossa foram construídas conforme a conjuntura política e militar do século XVIII, no contexto das disputas entre Portugal e Espanha pelo sul da América do Sul; seu modelo construtivo atende a um tipo de estratégia bélica que não mais corresponde às demandas militares e políticas do século XIX, no qual a defesa da cidade de Desterro passa a ser preocupação primordial naquele contexto. Enquanto as fortalezas da barra norte e sul – Anhatomirim e Araçatuba, respectivamente – eram consideradas importantes como ponto de registro, as fortificações próximas à Cidade de Desterro eram

consideradas importantes para defesa da cidade, até a década de 1840, aproximadamente. Havia ainda outras unidades, como o Quartel do Campo do Manejo e o Armazém de Artigos Bélicos, que também faziam parte da logística militar: o Quartel do Campo do Manejo servia para aquartelar as tropas e treinamento dos soldados, e o Armazém de Artigos Bélicos centralizava os apetrechos outrora dispersos nas diversas fortalezas.

Concluímos que houve uma mudança de necessidade com relação ao sentido das fortificações, assim como o uso militar se transformou. O que era prioritário para a defesa da província de Santa Catarina, no século XIX? Certamente, não mais as grandes fortalezas construídas no século XVIII, voltadas para um tipo de guerra diferente dos conflitos de um Estado em construção. Quanto a isso, os relatórios dos engenheiros militares apontam para uma seleção das fortalezas reformadas, e mais tarde também em novos usos não militares para os espaços. À medida que as fortalezas não servem mais para fins militares, passam a desempenhar outras funções: registro, local de isolamento para doenças contagiosas, hospital militar, etc. Outras, por terem sido construídas em contextos bem específicos e cuja importância ficou circunscrita àquele contexto, são demolidas, leiloadas, ou esquecidas.

O processo de arruinamento das fortalezas não fica restrito apenas ao período analisado: estende-se para todo o século XIX e XX, agregando outras causas que não abordamos neste trabalho. Quando as fortalezas de Anhatomirim, Ratoles e Ponta Grossa são tombadas como patrimônio nacional em 1938, todas estavam arruinadas; por 40 anos, pouco foi feito para mudar este estado de coisas, exceto ações isoladas. A fortaleza de Anhatomirim passa à tutela da Universidade Federal de Santa Catarina em 1979, sendo restaurada e reaberta à visitação em 1984; o mesmo se deu com as fortalezas de Ratoles e Ponta Grossa, na década de 1990. Neste âmbito nasceram dois projetos: o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, criado em 1989 pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da UFSC, responsável pela restauração e revitalização destes monumentos, nos anos 1990, e que hoje atua na preservação e manutenção destes; e o Projeto Fortalezas Multimídia, projeto de extensão da UFSC criado em 1995, de caráter interdisciplinar, responsável pela pesquisa e estudo a cerca das fortificações, bem como a sistematização e divulgação dos saberes produzidos. Não há como preservar as fortalezas sem a sua devida valorização, o que se torna pleno através da democratização do conhecimento a certa destes patrimônios.

Qual o papel da UFSC, enquanto gerenciadora e mantenedora destes patrimônios, hoje? A universidade tem garantido, efetivamente, a preservação destas fortificações – não apenas a preservação física, dos seus edifícios, mas também na produção e divulgação de saberes que lhes dão valor e significado, hoje? São questões que nos desafiam a pensar na nossa atuação na sociedade, como historiadores, na função social da História para além dos muros da universidade.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
Correspondências dos engenheiros para o Presidente da
Província, 1835, 1837, 1838, 1839, 1840, 1841, 1843,
1849, 1850.

APESC. Registro da Correspondência da Junta
Governativa Provisória para o Ministério da Guerra, 1822.

Bibliografia

BOPPRÉ, Maria Regina. **Mapas da Ilha de Santa Catarina: suas fortificações e informações segundo cartógrafos e engenheiros espanhóis (1776-1778)**. In: Arquivo Público: 50 anos preservando a história de Santa Catarina. Florianópolis: DIOESC, 2010

BRANCHER, Ana Lize; AREND, Sílvia Maria Fávero. **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

BOITEUX, Lucas Alexandre. As fortificações de Santa Catarina: ligeiro histórico. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 3. 17 mar. 1957; 31 mar. 1957; 19 mai. 1957.

BRITO, Paulo José Miguel de. **Memória Política sobre a**

Capitania de Santa Catarina. Florianópolis: IHGSC, 2008.

CAMILO, Janaína. Homens e pedras no desenho das fronteiras amazônicas (1764/1782). CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES, 2005, Lisboa, 20 p. Atas. Disponível em: <<http://tinyurl.com/5vb664x>>. Acesso em: out. 2011

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** a elite política imperial. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

COELHO, Manoel Joaquim de Almeida. Obras completas. Florianópolis: IHGSC, 2005.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **História de Florianópolis – Ilustrada.** Florianópolis: Insular, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 1, p. 80 - 92, maio 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11606/13375>>. Acesso em: mar. 2013.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVEA, Maria de Fatima. (org.) **O Antigo Regime nos trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima. **Na trama das redes:** política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GOUVÊA, Maria de Fátima. **O império das províncias:** Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

HARO, Martim Afonso Palma de (org). **Ilha de Santa Catarina:** relatos dos viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996

HOBSBAWM, Eric Jacob. **A era das revoluções:** Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

MALERBA, Jurandir. (org.) **A Independência brasileira:** novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos Cerqueira; CASTRO, Adler Homero de. **Arquitetura militar:** um panorama histórico a partir do Porto de Santos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003.

MOSIMANN, João Carlos. **Ilha de Santa Catarina, 1777-1778:** a invasão espanhola. Florianópolis: Ed. do Autor, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. **1822**: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

PIAZZA, Walter Fernando. **O brigadeiro José da Silva Paes**: estruturador do Brasil meridional. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988

TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mário Mendonça de (org). **As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786, de José Correia Rangel**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

TONERA, Roberto. A preservação das Fortalezas de Santa Catarina e as novas tecnologias de informação. In: SEMINARIO REGIONAL DE CIUDADES FORTIFICADAS, 3, 2007, Montevideo, Anais, p. 2. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/1816.pdf>>. Acesso em: fev. 2013

TONERA, Roberto. O Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina – Brasil: Criação, Abandono e Recuperação. SEMINARIO REGIONAL DE CIUDADES FORTIFICADAS, I, 2005, Montevideo. Atas Virtuais, p. 2. Disponível em: <<http://tinyurl.com/beaoldg>>. Acesso em: nov. 2012

SCHULTZ, Kirsten. **Versalhes tropical**: império, monarquia e a Corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUSA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brasil.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 5-140.

Disponível em:

<http://www.ihgb.org.br/trf_arq.php?r=rihgb1885t00482.pdf>. Acesso em: julho 2012.